



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**RHYANNE KAROLINE ALENCAR DE LIMA**

**PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA: REVISÃO DE CONTRATO DE  
FINANCIAMENTO BANCÁRIO PARA ANÁLISE DE ILEGALIDADES**

**JOÃO PESSOA/ PB**

**2018**

**RHYANNE KAROLINE ALENCAR DE LIMA**

**PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA: REVISÃO DE CONTRATO DE  
FINANCIAMENTO BANCÁRIO PARA ANÁLISE DE ILEGALIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Laércio Damiane  
Cerqueira da Silva.

JOÃO PESSOA/PB

2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L732p Lima, Rhyanne Karoline Alencar de.

Perícia Econômico-Financeira: Revisão de Contrato de  
Financiamento Bancário para análise de ilegalidades /  
Rhyanne Karoline Alencar de Lima. - João Pessoa, 2018.  
69 f. : il.

Orientação: Laércio Damiane Cerqueira da Silva.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Anatocismo. 2. Perícia Econômico-Financeira. 3.  
Revisão Contratual. I. da Silva, Laércio Damiane  
Cerqueira. II. Título.

UFPB/BC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Comunicamos à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) da aluna **Rhyanne Karoline Alencar de Lima**, matrícula 11316746, intitulada **“Perícia Econômico-Financeira: Revisão de Contrato de Financiamento Bancário para análise de ilegalidades”**, foi submetido à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes examinadores: Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira da Silva (Orientador); Profa. Dra. Mércia Santos da Cruz (Departamento de Economia); Esp. Suellen Sobreira Batista Felinto (Perita Econômico Financeira), no dia 16/03/18, às 17 horas, no período letivo 2017.2.

O TCC foi Aprovado pela Comissão Examinadora e obteve nota (9,0 (Nove)).

Reformulações sugeridas: Sim ( ) Não (X)

Atenciosamente,

Laércio Damiane Cerqueira da Silva  
Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira da Silva  
(Departamento de Economia – UFPB)

Mércia Santos da Cruz  
Profa. Dra. Mércia Santos da Cruz  
(Departamento de Economia – UFPB)

Suellen Sobreira Batista Felinto  
Esp. Suellen Sobreira Batista Felinto  
(Perita Econômico-Financeira – Examinadora Externa)

Ciente,

Rhyanne Karoline Alencar de Lima  
Rhyanne Karoline Alencar de Lima  
(Aluna)

delivered  
on 16/03/18

*Dedico aos meus familiares e amigos, aos quais devo as  
minhas conquistas.*

*“É justo que muito custe o que muito vale”.*

*Santa Teresa D'vila*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por ter me dado dons e tudo mais o suficiente para que eu pudesse concluir essa primeira etapa formativa. Aos meus familiares, a quem devo parte do que tenho e do que sou, agradeço a dedicação e amor recebidos sempre. Ao professor Dr. Laércio Damiane Cerqueira da Silva, pela oportunidade, orientação, incentivo e apoio. Enfim, aos amigos, em especial aos “Economitos”. Àqueles que acreditaram em mim, muito obrigada.

## RESUMO

Este trabalho objetivou revisar contrato (real) de financiamento de veículo pactuado entre uma grande instituição financeira e um cliente bancário através das técnicas periciais utilizadas pelo profissional economista. Refere-se à operação para aquisição de veículo no valor de R\$ 30.240,00 com pagamento de entrada no valor de R\$ 4.000,00, e valores adicionados referentes a despesas com acessórios e outros, a uma taxa de juros contratual de 2,32% ao mês (31,6820% ao ano), com previsão de pagamento em 60 parcelas mensais de R\$ 860,27, a partir de 20/10/13 até 20/09/18. Foi detectado anatocismo e, no sentido de eliminá-lo, recalculou-se o financiamento com base no Método de Amortização a Juros Simples a partir do “Tabela Price”. Esse recálculo apontou que o valor da prestação cobrada pelo banco estava majorada em R\$ 227,62. Com a apuração dos valores mensais pagos “a maior” à instituição bancária, foram realizadas suas atualizações, desde seus respectivos vencimentos, para a data de realização dos cálculos deste trabalho (10/08/2017) – com intuito de se conhecer o saldo devedor ou credor. A conclusão do trabalho é que, após a devida compensação entre o valor pago a maior e o saldo das parcelas a vencer - recalculadas, o contrato está quitado e ainda há saldo credor em favor do cliente bancário no valor de R\$ 44.244,83, atualizados até a data de 10/08/17.

**Palavras-chave:** Anatocismo; Perícia Econômico-Financeira; Revisão Contratual.



## **ABSTRACT**

This work aimed to review (real) vehicle financing agreement negotiated between a large financial institution and a banking client through the expert techniques used by the professional economist. Refers to the transaction for the acquisition of vehicle in the amount of R\$ 30.240,00 with payment of entry in the amount of R\$ 4.000,00, and added values related to expenses with accessories and others, at a contractual interest rate of 2,32% per month (31,6820% per year), with payment expected in 60 monthly installments of R\$ 860,27, from 10/20/2013 until 09/20/2018. Anomaly was detected and, in the sense of eliminating it, the financing was recalculated based on the Simple Interest Amortization Method from the "Price Table". This recalculation pointed out that the value of the benefit charged by the bank was increased by R\$ 227,62. With the calculation of the monthly amounts paid to the banking institution, the changes were made, from their respective maturities, to the date of the calculation of this work (08/08/2017) - in order to know the debit balance or creditor. The conclusion of the work is that, after the due compensation between the amount paid the greater and the balance of installments to be settled - recalculated, the contract is retired and there is still a credit balance in favor of the banking client in the amount of R\$ 44.244,83, updated as of 10/08/2017.

**Keywords:** Anatocism; Economic-Financial Expertise; Contractual Review.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Página inicial da Cédula de Crédito Bancário .....	25
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1:** Valores Financiados Por Cada Tarifa Ilegal Até a Parcela de Nº 46 .....28

**Quadro 2:** Processo de descapitalização – com base nos dados do contrato.....31

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

COFECON - Conselho Federal de Economia.

SCC – Sistema de Capitalização Composta.

CCB - Código Civil Brasileiro (CCB).

CPC - Código do Processo Civil (CPC).

T.A.C. - Taxa de administração de contratos, e outras taxas.

P.E.S. (Plano de Equivalência Salarial - SFH).

FIES - Contratos de Financiamento Estudantil.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

IOF - Imposto sobre operações financeiras.

TAC/TEC - Tarifa de Abertura de Crédito/ Tarifa de Emissão de Carnê/Boleto.

SFH – Sistema Financeiro da Habitação.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1. OBJETIVOS.....</b>	<b>14</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA PERÍCIA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1. O CONCEITO DE PERÍCIA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1.1. A Atividade Pericial.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1.2. Habilitação de um perito.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1.3. Contato com a Justiça em busca de nomeações.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1.4. Tipos de Perícias.....</b>	<b>17</b>
<b>3. A PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1. POSSIBILIDADES DE MERCADO PARA OS ECONOMISTAS.....</b>	<b>19</b>
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
<b>5. RESULTADOS DA ANÁLISE DO CONTRATO.....</b>	<b>27</b>
<b>5.1. TAXA DE JUROS COBRADA.....</b>	<b>27</b>
<b>5.2. COBRANÇA DE TARIFAS ILEGAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>5.3. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS PELO SISTEMA PRICE.....</b>	<b>28</b>
<b>6. A ANÁLISE REVISIONAL .....</b>	<b>34</b>
<b>7. CONCLUSÕES.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>50</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de a atividade pericial ser um campo profissional pouco conhecido e divulgado em cursos de graduação em economia pelo país, têm sido recorrentes as obras que difundem conhecimentos teóricos e práticos no intuito de habilitar profissionais capazes de fornecer meios de prova – mediante laudos e pareceres técnicos - à determinada instância decisória para a justa solução de algum litígio, em conformidade com as normas profissionais/jurídicas vigentes e a legislação referente ao caso (SILVA, 2017).

A legislação Profissional do Economista do Conselho Federal de Economia – COFECON - disciplina o exercício das atribuições privativas do economista. As atividades desempenhadas pelo profissional, disposto no item 2.3.1 – em ANEXO - compreendem a perícia econômica ou econômico-financeira, que consiste em exame, vistoria ou avaliação para constatação minuciosa dos fatos de natureza técnico-científica em qualquer matéria inerente ao campo judicial, por nomeação do juiz, e extrajudicialmente, por solicitação de qualquer pessoa ou autoridade administrativa.

A atividade pericial exige capacitação técnica para realizar estudos comparativos de índices, e de formação de indicadores econômicos, ao tratar da análise da correção monetária de contratos, de mercados e de setores econômicos nas avaliações de empresas, de custos e formação de preços, ao avaliar hipóteses de superfaturamento em contratos entre partes. Estes são alguns dos múltiplos conceitos necessários em economia e finanças, que ao final parecem resumir-se em simples cálculos financeiros, porém complexos e de atribuição exclusiva do profissional economista.

Juliano (2016) expõe que os peritos-economistas podem fazer perícias no campo financeiro, de material, orçamentos e apuração de valores nos processos trabalhistas, seja na fase inicial ou em cálculo de liquidação de sentença. Sustenta que os tipos de perícias mais comuns são de revisão de cláusulas econômico-financeiras de contratos do Sistema Financeiro de Habitação; *leasing*, cheque especial, cartão de crédito e crédito bancário, sendo que nesta última, há grande demanda.

A elevada procura é decorrente do ajuizamento de ações, as quais questionam a cobrança excessiva de juros e outros encargos praticados por instituições bancárias, além de taxas abusivas e indevidas em financiamentos e empréstimos, as quais, pela complexidade dos contratos inviabiliza o consumidor de conhecer essas ilegalidades.

Destarte, devido à onerosidade dos contratos, o cidadão muitas vezes não consegue cumprir suas obrigações e suas dívidas tornam-se uma “bola de neve”.

Com efeito, a partir da ação de revisão contratual do financiamento ou empréstimo<sup>1</sup>, o cliente bancário pode reaver os valores pagos, além de poder regularizar os valores do financiamento/empréstimo para os preços de mercado.

Silva (2017) mostra que nos **Contratos de Financiamento**, as principais discussões estão relacionadas ao sistema amortização das dívidas. Geralmente, os contratos expressam claramente em suas cláusulas que as instituições se utilizam da “Tabela Price”, imposta ao cliente sem esclarecimentos sobre o impacto e evolução abusiva/ilegal desse plano de amortização causados no valor total financiado.

Pois bem, o Sistema de Capitalização Composta (SCC), também conhecido como Tabela Price, consiste no método de cálculo onde juros (J) de cada período são somados ao capital (C), formando o montante (C + J). Por sua vez, este será base para o cálculo dos juros do período seguinte, formando assim um novo montante e assim por diante, como se fosse um progresso geométrico (PG), ou seja, crescem de forma exponencial ao longo do tempo.

Com efeito, a utilização da Tabela Price de Amortização - o qual o banco utiliza - apresenta flagrante incompatibilidade com o ordenamento jurídico pátrio, expresso na regra proibitória estabelecida na **Súmula nº 121 do Supremo Tribunal Federal**: *“É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada”*.

Por tudo isto, os Tribunais Brasileiros já pacificaram seus entendimentos e suas decisões a respeito do assunto e consideram como ilegal a utilização da “Tabela Price” em qualquer sistema de cálculo de contratos financeiros. Estas decisões são embasadas, posto que neste sistema de amortização os juros crescem em progressão geométrica, e não aritmética, caracterizando desta forma o **anatocismo** (juros sobre juros), que é vedado.

Destarte, todo o exposto instiga a investigar sobre um problema: Através das técnicas periciais utilizadas nas análises econômico-financeiras é possível detectar e corrigir as ilegalidades/abusividades praticadas pelas instituições bancárias?

Assim, têm-se os objetivos do trabalho.

## 1.1.OBJETIVOS

O trabalho então objetiva revisar contrato (real) de financiamento de veículo pactuado entre uma grande instituição financeira e um cliente bancário através das técnicas periciais utilizadas pelo profissional economista. Para tal, visa-se especificamente:

---

<sup>1</sup> Ação Revisional contratual é um processo judicial em que se busca a revisão de cláusulas de um contrato de financiamento objetivando a redução ou eliminação de seu saldo devedor, bem como a modificação de valores de parcelas, prazos e até mesmo o recebimento de valores já pagos indevidamente (ZIZZI, 2013).

- a) Analisar as cláusulas do contrato;
- b) Comparar a taxa de juros remuneratórios e moratórios do contrato com as taxas de mercado (BACEN).
- c) Verificar possíveis taxas irregulares.
- d) Simular, com base nos dados do contrato, a amortização da dívida através da capitalização simples, em contraponto ao Sistema Price.
- e) Calcular o saldo devedor (ou credor) do cliente, após análise revisional.

Além desta introdução, será apresentado na próxima seção desta monografia um referencial teórico acerca da atividade pericial seguida de uma revisão sobre os principais problemas encontrados nos contratos bancários; A quarta seção, nos aspectos metodológicos, serão apresentadas as técnicas de revisão do contrato objeto deste trabalho; na quinta parte são apresentadas as discussões acerca dos resultados da verificação das ilegalidades/abusividades contratuais. Já na seção de número 6 expõe-se a técnica de revisão do contrato, com correções das possíveis irregularidades ou abusividades praticadas pela instituição; e por fim são apresentadas as conclusões do trabalho pericial.



## 2. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA PERÍCIA

Segundo Santos (1949), os primeiros vestígios da perícia surgem na antiga civilização do Egito, com o surgimento de relações jurídicas mais complexas e a necessidade de uma análise técnica e imparcial que pudesse de forma complementar, subsidiar o entendimento do rei-magistrado responsável por tomar determinada decisão litigiosa que envolvesse contagem matemática.

Na época, os peritos existentes eram de uma classe especial, chamada de agrimensores. Com os seus conhecimentos em geometria e expertise em mensuração, eram responsáveis por atestar os limites das terras que cada súdito possuía para determinação do quanto deveriam pagar de impostos.

Seguindo os egípcios, os mesmos propósitos proporcionaram o surgimento na civilização hebraica e na civilização grega, de profissionais com a mesma categoria para o desenvolvimento de cálculos que pudessem dirimir problemas contábeis. Entretanto, a perícia só é qualificada como meio de prova judiciária a partir da civilização Romana, na qual o processo jurídico passou a estar dividido em duas fases: *in iure* e *in judicio*.

Na primeira fase o magistrado fazia a apreciação do litígio sob o aspecto jurídico e legal. Na segunda fase, passava a existir a presença do *arbiter*, o perito que era eleito pelas partes ou sorteado pelo magistrado na hipótese de discordarem da escolha do *arbiter*. Em certas ocasiões, este novo personagem passava a ser representação da figura tanto do perito quanto do juiz.

Durante um tempo na história que foi do século II ao X, o desenvolvimento da perícia foi prejudicada pela presença dos chamados juízos de Deus e o duelo, que atuavam nas ordálias<sup>2</sup> de forma não técnica para a comprovação dos fatos. A verdade atestada por eles era fruto da sorte e de rituais que nada condiziam com a racionalidade.

Segundo Alvim (1981), só a partir do século XI, com a volta dos estudos do direito romano, e sob a influência da igreja, verificou-se o gradativo abandono das ordálias, e a volta às análises com base nos fatos do processo, e como decorrência disto, a necessidade de utilização de peritos, para se entenderem certos fatos.

Um exemplo da influência da Igreja no desenvolvimento do trabalho pericial encontra-se no Código Canônico (*Codex Iuris Canonici*) promulgado pelo Papa João Paulo II, em

---

<sup>2</sup> Tipo de prova judiciária usado para determinar a culpa ou a inocência do acusado por meio da participação de elementos da natureza e cujo resultado é interpretado como um juízo divino.

23/01/1983, que consagra um de seus capítulos aos peritos (Cân. 1574 a 1581), além de outros dispositivos (ALBERTO FILHO, 2015).

Seguiram-se tais concepções para o Direito francês, onde por volta do século XVI estabeleceram-se legislações as quais procuravam dar maior ênfase a necessidade de alguma prova pericial para a determinação de hipóteses causais e não apenas de testemunhas.

No Brasil, a legislação pericial possui como fonte esse Código francês em conjunto com as Ordenações Filipinas. Sob o nº 737, de 25/11/1850, o regulamento a respeito possui um capítulo apenas sobre arbitragem (Capítulo XII, Seção VII). Neste, há dispositivos sobre a escolha do perito, juramento, suspeição, consulta mútua entre os peritos antes do parecer, a possibilidade de laudos divergentes, entre demais coisas. (referencia).

## 2.1. O CONCEITO DE PERÍCIA

Do latim *Peritia*, constitui-se em procedimentos técnico-científicos realizados por profissionais habilitados no intuito de construir provas legalmente válidas, mediante laudo pericial, a fim de subsidiar a resolução de questões extrajudiciais ou judiciais, compatíveis com a legislação, e com as normas jurídicas e profissionais vigentes.

Assim, considera-se a perícia como um meio de prova, isto é, um elemento capaz de levar conhecimento de um fato a alguém e, no processo, pode ser usado para convencer o juiz a respeito da verdade de uma situação. Este conceito está fundamentado no artigo 212 do Código Civil Brasileiro (CCB), o qual reconhece como meio de provas a confissão, os documentos, o depoimento das partes, as testemunhas, as presunções e as provas **periciais**. A validade legal e moral da perícia como procedimento comprobatório encontra-se fundamentada nos artigos 420 a 439 do Código do Processo Civil (CPC).

### 2.1.1. A Atividade Pericial

Conforme os arts. 156 a 158 do Código Processual Civil (CPC), **Perito** é o auxiliar do Juízo que tem conhecimentos técnicos ou científicos sobre as alegações de fato a serem provadas no processo. Este é escolhido entre profissionais habilitados para exercer o trabalho, inscrito em seu órgão técnico e cadastrado no Tribunal ao qual tenha manifestado vinculação.

Qualquer profissional de nível superior – com registro em seu órgão de classe –, desde que tenha conhecimentos técnicos e habilidade pode ser perito judicial. Já o **assistente**

**técnico** é o profissional de confiança das partes no processo, responsável por analisar o laudo de um perito.

### **2.1.2. Habilitação de um perito**

A princípio, o perito necessita estar legalmente habilitado, pertencer ao cadastro do tribunal (art. 156, parágrafo primeiro, do CPC) e lista de peritos da vara (art. 157, parágrafo segundo, do CPC). Das profissões legalmente habilitadas, dentre outras, de contador, médico, engenheiro, arquiteto, agrônomo, administrador, economista, matemático, profissional da área ambiental, de informática.

Para ser perito, não é necessário curso ou pós-graduação em qualquer área, concurso, ser membro de um conselho, associação, instituto ou qualquer agremiação de peritos; essencialmente, basta ser habilitado legalmente na área em que a perícia versar e estar cadastrado no tribunal (art. 156, parágrafo primeiro, do CPC).

### **2.1.3. Contato com a Justiça em busca de nomeações**

O perito deverá fazer uma visita ao Juízo entregar juntamente com o cartão de visita uma carta de apresentação com suas qualificações profissionais. O cartão de visitas deve conter o endereço completo do perito, o telefone, fax e *e-mail*, bem como a especialidade pericial.

A visita pode ser às varas, cartórios e ao próprio juiz. Este é uma pessoa da sociedade que desempenha uma função pública. Marcar uma entrevista com ele não causa dano nenhum a ninguém e não é um favor; pelo contrário, o profissional, quando o procura para oferecer seus serviços, está com isso pretendendo colaborar com a justiça.

A estrutura da carta de apresentação deve iniciar com uma saudação ao Juiz. Em seguida, deve-se falar sobre a formação acadêmica e entidades que é filiado; Adiante, deve-se especificar as especialidades que domina e se oferecer para realizar perícias para o Juízo. Por fim, em algumas situações é recomendado se oferecer para uma perícia gratuita, visando demonstrar as qualidades do trabalho.

### **2.1.4. Tipos de Perícias**

As perícias podem ser **extrajudiciais**, ou seja, aquelas em que não há um processo judicial formal, sendo o profissional perito contratado e remunerado diretamente pela parte envolvida a qual irá auxiliar; e **judiciais**, as quais ocorrem no âmbito da justiça, realizadas em procedimentos processuais do Poder Judiciário.

### 3. A PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA

O parecer técnico do Jurista Cândido Dinamarco (em anexo) delimita a competência das diferentes carreiras e graduações universitárias, e distingue a perícia contábil da econômico-financeira. Conforme seu ensinamento, uma perícia é de natureza contábil quando tem por objetivo examinar os registros de fatos econômicos, sem ingressar na análise destes, pois se forem além de verificações de registros contábeis e da análise de sua exatidão, os trabalhos que ultrapassem estes limites, não são tecnicamente perícias contábeis. Destarte, ao profissional da contabilidade cabe o registro dos fatos, representados por balanços, ou seja, as escritas contábeis dos fenômenos e dos fatos econômicos. Já as perícias de natureza econômico-financeira são aquelas que examinam fatos e situações inerentes aos mercados, às finanças, aos juros, entre outros conhecidos ciclos da economia. Ao economista cabe analisar e interpretar os fenômenos que estão atrás dos atos registrados (SILVA, 2017).

A atividade pericial exige capacitação técnica para realizar estudos comparativos de índices e formação de indicadores econômicos, ao tratar da análise da correção monetária de contratos, de mercados e de setores econômicos nas avaliações de empresas, de custos e formação de preços, ao avaliar hipóteses de superfaturamento em contratos entre partes. Estes são alguns dos múltiplos conceitos necessários em economia e finanças, que ao final parecem resumir-se em simples cálculos financeiros, porém complexos e de atribuição exclusiva do profissional economista.

**Em suma, a perícia econômico-financeira é aquela que tem como objetivo apurar as perdas, permanência ou aumento dos rendimentos econômicos ou financeiros, solicitada pelas partes envolvidas.**

#### 3.1. POSSIBILIDADES DE MERCADO PARA OS ECONOMISTAS

Conforme expõe Juliano (2016), os peritos economistas podem fazer perícias no campo financeiro, de material, orçamentos e apuração de valores nos processos trabalhistas, entre outras.

Os tipos de perícias mais comuns são em cálculos de liquidação de sentença em ações, e, sobretudo em revisão de cláusulas econômico-financeiras de contratos. Como expressa Zizzi (2014), a revisão contratual pode-se dar por dois motivos: quando prestações excessivamente onerosas são inseridas ao contrato, para um dos contratantes, no momento de sua formação, ou quando fatores supervenientes à contratação tornam prestações,

anteriormente ajustadas, excessivamente onerosas para uma das partes. Em ambos os casos, a revisão do negócio visa o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes. O autor expõe as ocorrências mais comuns, listadas abaixo:

- **Abusividade da taxa de juros remuneratórios**

Taxa de juros remuneratórios de um contrato é a taxa de juros paga pelo cliente durante o período da contratação, sem inadimplência. Considera-se abusiva sempre que a taxa de juros de um contrato quando ela estiver acima da taxa média praticada no mercado. Para verificar na prática se a taxa de juros de um contrato é abusiva ou não deve se comparar a taxa de juros do contrato com a taxa média de juros do mercado ou apenas fazendo um simples cálculo matemático.

- **Comissão de permanência**

É vedada a cumulação da cobrança de comissão de permanência com outros encargos moratórios/remuneratórios, em observância ao entendimento que se encontra amplamente pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de *bis in idem*<sup>3</sup>.

- **Vendas Casadas**

O art. 39, I, do Código de Defesa do Consumidor veda a prática de venda casada ao dispor:

Art. 39 – É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

I – condicionar o fornecimento de produtos ou de serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como sem justa causa, a limites quantitativos; (...).

A venda casada de seguro com qualquer outro produto ou serviço oferecido pelos bancos enquadra-se na vedação prevista no inc. I do art. 39 do CDC. No entanto, o seu reconhecimento em ação revisional exige prova da contratação abusiva no caso concreto. E, não comprovada, não há o que ser revisionado.

- **T.A.C. - Taxa de administração de contratos, e outras taxas**

---

<sup>3</sup> Fenômeno do direito que consiste na repetição (*bis*) de uma sanção sobre mesmo fato (*in idem*). O estudo desse fenômeno jurídico é realizado principalmente pelo direito tributário e pelo direito penal.

Os bancos cobram taxas na elaboração de contratos, no entanto a cobrança de uma tarifa contratual para acobertar as despesas administrativas com o financiamento, apesar de não encontrar vedação na legislação expedida pelo BACEN, se mostra abusiva, pois se traduz num em verdadeiro *bis in idem*, na medida que o lucro do banco, o qual serve para cobrir todas suas despesas advém de suas taxas de juros, de seu spread, logo a cobrança destas taxas “não se destina, assim, evidentemente, a remunerar um serviço prestado ao cliente”, como citado pelo Desembargador Carlos Alberto Etcheverry, ao tratar do tema enquadrando dita cobrança como abusiva, nos termos do art. 51, IV do Código do Consumidor.

- **Consórcios - Taxa de administração superior a (10% / 12%)**

O decreto 70.951/72 estabeleceu que a taxa de administração de um consórcio não pode ser superior a doze por cento (12%) do valor do bem, quando este for de preço até cinquenta (50) vezes o salário-mínimo local e a dez por cento (10%) quando de preço superior a esse limite, sendo que caso os bens adquiridos sejam de fabricação ou comércio das próprias administradoras estas taxas não poderão ser superiores a (6%) / (5%).

Muitos contratos apresentam taxas de administração dos consórcios superiores a 20% o que é absolutamente ilegal.

- **Consórcios - Valor da Carta x lance**

Muitas vezes quando se faz um consórcio a pessoa dá um lance (atenção este é o pior negócio que alguém pode fazer). Pelo lance a pessoa abre mão de receber, por exemplo, os cinquenta mil reais da carta de crédito e aceita receber só vinte e cinco mil, e assim passa a frente dos demais. O que ocorre, e ninguém explica para o consorciado é que todas as taxas: de administração, fundo de reserva, correção, continuam incidindo sobre o valor original, qual seja - no exemplo sobre os cinquenta mil, assim na prática uma taxa de administração que de regra já era ilegal de 20% passa na prática para uma taxa de administração de 40%.

- **Parcelas mensais superiores a 30% da renda**

Com o surgimento dos contratos consignados e créditos para aposentados se limitou o valor máximo a ser pago por prestações de contratos com desconto em folha a 30% dos vencimentos do contratante. Ocorre que na prática os bancos burlam a lei efetuando contratos

por fora, ou seja, no contra cheque descontam até 30% e o resto o fazem por meio de descontos na conta corrente onde o aposentado recebe a sua aposentadoria.

Tal prática é abominável e tem sido rechaçada pela justiça que afirma que o total de descontos mensais na aposentadoria realizado de forma direta (desconto em folha) ou indireta (contratos de empréstimo) não pode ser superior a 30% do salário.

### **● Amortização negativa**

A ocorrência de amortização negativa sempre se dá quando em uma determinada situação, apesar do pagamento da prestação mensal de um contrato o saldo devedor do mesmo acaba por aumentar no mês seguinte. Isto é muito comum nos contratos de financiamento habitacional, pois muitas vezes a correção monetária do mês no saldo devedor acaba por ser maior do que o valor da parcela.

A amortização negativa é mais um fenômeno indesejado no contrato do que uma ilegalidade em si, mas o fato é que ela fere o princípio geral da amortização pelo qual sempre que ocorre o pagamento de uma conta o saldo devedor deve diminuir e cria saldos devedores impagáveis. O poder judiciário tem sempre determinado à revisão dos contratos em caso de ocorrência de amortização negativa. Para saber se o contrato apresenta amortização negativa basta verificar se em algum momento apesar do pagamento da prestação mensal o saldo devedor aumentou no mês seguinte. Se isto ocorreu o seu contrato apresenta amortização negativa.

### **● Desobediência a cláusula P.E.S. (Plano de Equivalência Salarial - SFH)**

Nos contratos de financiamento habitacional, muitas vezes existe a chamada cláusula PES, pela qual as prestações dos contratos só poderiam subir de acordo com os reajustes dos salários dos mutuários, e, deveriam ficar limitadas a 30% do valor do salário. Ocorre que os agentes financeiros, via de regra, não respeitam tal determinação, e assim as prestações sobem mais do que o salário e acabam por ficar impagáveis.

### **● Contratos de Financiamento Estudantil – FIES**

Os contratos de financiamento estudantil, via de regra, possuem como ilegalidade a capitalização em prazo inferior ao anual, não obstante encontram-se outras espécies de abusos - especialmente quando ocorrem renegociações - novações nos contratos.



• **Capitalização (cobrança de juros sobre juros /anatocismo)**

A legalidade ou não da capitalização dos juros no Brasil é hoje um assunto tumultuoso, pois até o ano de 2000 a não ser em alguns casos de contrato a capitalização dos juros era absolutamente vedada, no entanto no ano de 2000 foi editada a Medida Provisória nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001 a qual tratava do tema sem muita importância, entretanto trouxe no seu artigo 5º a permissão para a ocorrência da capitalização.

Tal medida provisória, com todo o nosso respeito, é inconstitucional por lhe faltar o requisito da urgência e por se tratar de matéria reservada à lei complementar, não podendo ser disciplinada por medida provisória, conforme reza o art.62, §1º, inciso III, da Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 32/2001 é expressa em vedar a edição de medidas provisórias para regulamentar matéria reservada à lei complementar, conforme a nova redação dada ao Artigo 62, §1º, inciso III, da Constituição Federal.

Vale dizer que, neste ponto, a norma veio apenas expressar o que já era evidente, no sentido de que lei ordinária ou norma que lhe faz às vezes, como é o caso da medida provisória, não pode regular matéria de lei complementar.

Este último ponto, por sinal, é o objeto deste trabalho. Busca-se revisar um contrato (real) de financiamento de veículo pactuado entre uma grande instituição financeira e um cliente bancário através das técnicas periciais utilizadas pelo profissional economista, no sentido de identificar possíveis abusividades praticadas pelas instituições bancárias, no que condiz as taxas remuneratórias abusivas e a prática de anatocismo. Para tal, utiliza-se a metodologia exposta abaixo.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como exposto, esse trabalho visa mostrar a importância das técnicas periciais em situações que envolvam objetos econômico-financeiros. Para sua consecução, é importante então que a metodologia aqui utilizada possa ir além da simples manipulação de ferramentas matemáticas e/ou da simulação de análise de um contrato bancário, e apontar em contexto real como se procede - e quais os efeitos - de uma investigação sobre as ilegalidades ou abusos financeiros praticados por instituições, os quais são fonte de trabalho dos peritos econômico-financeiros.

Desta feita, nesse trabalho, baseado de Silva (2017), será utilizada uma Cédula de Crédito Bancário<sup>4</sup> representativa de um contrato de financiamento de automóvel pactuado entre o BANCO GMAC S.A e o Senhor L.G.O.<sup>5</sup> em 20/09/2013. Esta Cédula dispõe todas as informações necessárias e importantes para a análise pericial: dados das partes, taxas pactuadas, serviços contratados (primeira página), cláusulas sobre as condições da operação de crédito, sobre pagamentos antecipados, pagamento em atraso e respectivas penalidades (páginas seguintes).

Para essa análise utilizou-se apenas as informações iniciais do contrato. As informações seguintes são desnecessárias, e por isso não estão apresentadas neste tópico, pois o cliente pagou todas as prestações rigorosamente em dias. Abaixo, a página inicial da Cédula de Crédito Bancário:

---

<sup>4</sup> Conforme Coelho (2014) Cédula de Crédito Bancário é uma promessa de pagamento em dinheiro emitida pelo cliente mutuante em favor de banco mutuário, cuja liquidez pode decorrer da emissão, pelo credor, de extrato de conta corrente ou planilha de cálculo.

<sup>5</sup> Para fins de sigilo das informações bancárias, e por objetivos meramente acadêmicos, o contrato foi editado para privar o cliente de identificação. Assim, estão omitidos os números de documentos pessoais e o cliente será apresentado pelas iniciais de seu nome.

<b>GMAC</b>		<b>CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - FDU</b>		
Nº IMAPS H0186		Número da Cédula 760783	Filial 3AA	Conc. S36
<b>1. EMITENTE</b>				
Nome/Razão Social L G O				
CNPJ/CPF I		Telefone 83	Ramal	
Endereço RUA				
Bairro	Cidade SOUSA	Estado PB	CEP	
<b>2. VENDEDOR</b>				
Nome/Razão Social RIO VALE AUTOMOTORES LTDA.			CNPJ/CPF 00.585.424/0001-65	
<b>3. DESCRIÇÃO DO VEÍCULO OU SERVIÇO(S) FINANCIADO(S)</b>				
Marca CHEVROLET		Modelo CELTA 1.0 4P FLEX LT 2014	Cor Branco	
Ano Fabricação 2013	Novo (X) Usado ( )	Chassi 9BGRP48F0EG159866		
Serviço(s)				
<b>4. DADOS DO FINANCIAMENTO</b>				
4.1 Vlr. do veículo ou serviço R\$ 30.240,00	4.2 Vlr. da entrada R\$ 4.000,00	4.3 Outros (item 6) R\$ 350,00	4.4 Tarifa de cadastro R\$ 490,00	
4.5 Despesas R\$ 135,00	4.6 Valor total financiado R\$ 27.215,00	4.7 Valor do IOF R\$ 502,28	4.8 Prazo 60 meses	
4.9 Taxa de Juros mensal 2,32% anual 31,6820%	4.10 CET anual 34,4900%	4.11 Valor da prestação comum R\$ 860,27		
4.12 Qtde. prestações comuns 60	4.13 Vlr. prestação diferenciada R\$ 860,27	4.14 Qtde. prestações diferenciadas		
4.15 Periodicidade da prestação comum Mensal	4.16 Primeiro vencimento	4.17 Último vencimento		
<b>5. PRESTAÇÕES DIFERENCIADAS</b>				
Qtd. Parcelas	Início	Valor	Tipo	Periodicidade
0		0,00		
<b>6. OUTRAS CONDIÇÕES</b>				
Acessorios	350,00	Seguro Roubo e Furto	0,00	
		Seguro Proteção Mecânica Chevrolet	0,00	

**Figura 1:** Página inicial da Cédula de Crédito Bancário.

**Fonte:** Edição a partir de contrato disponibilizado pelo Cliente.

Refere-se à operação para aquisição de veículo no valor de R\$ 30.240,00. Consta pagamento de entrada no valor de R\$ 4.000,00, e valores adicionados referentes a despesas

com acessórios e outros, a uma taxa de juros contratual de 2,32% ao mês (31,6820% ao ano), com previsão de pagamento em 60 parcelas mensais de R\$ 860,27, a partir de 20/10/13 a 20/09/18. (Vale destacar que até a realização deste trabalho, haviam sido pagas 46 parcelas).

Com base no exposto as etapas do trabalho serão:

- a) Apontamento das irregularidades iniciais do contrato.
- b) Elaboração de planilha de amortização para comprovar que o banco se utiliza da TABELA PRICE COM CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA.
- c) No sentido de eliminar o anatocismo, será feito o recálculo do financiamento com base no Método de Amortização a Juros Simples a partir do “Tabela Price” para visualização da evolução do financiamento RECALCULADO.
- d) Serão construídas planilhas para exposição da evolução dos pagamentos, ou seja, dos valores mensais recalculados, que deveriam ser pagos pelo Sistema de Juros Simples em suas respectivas datas, e o que foi pago indevida e efetivamente ao banco, com juros compostos.
- e) Serão apurados os valores mensais pagos “a maior” à instituição bancária; também as parcelas vincendas, atualizadas. , com intuito de se conhecer o “verdadeiro” saldo devedor ou credor.
- f) Serão apresentados os valores pagos a maior, atualizados, que dão base ao conhecimento do “verdadeiro” saldo devedor ou credor do cliente junto a instituição financeira.

Feitas todas as considerações sobre os procedimentos metodológicos, tem-se a apresentação e discussões sobre os resultados da análise pericial do contrato, bem como a revisão contratual, atividade típica de um perito econômico-financeiro.

## 5. RESULTADOS DA ANÁLISE DO CONTRATO

Importa destacar que o conteúdo exposto nesta seção - e posteriores – está em consonância aos pareceres/laudos técnicos realizados pelo Perito Econômico-financeiro, nas esferas judiciais e extrajudiciais, Prof. Dr. Laércio D. Cerqueira da Silva<sup>6</sup>. Destarte, os resultados apresentados estão em Quadros e Planilhas (e não em Tabelas conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2017)), os quais são “exigíveis” em análises desta natureza.

### 5.1. TAXA DE JUROS COBRADA

Essa é a primeira ilegalidade percebida: claramente, o contrato estabelece a taxa do financiamento de 2,32% ao mês, ou 31,6820% ao ano. No entanto, um cálculo simples com base no valor total do financiamento (R\$ 27.215,00), no valor das prestações mensais (R\$ 860,27) e prazo de financiamento (60 meses) mostra que a taxa de juros verdadeiramente cobrada do cliente foi de 2,3986% ao mês, o que equivale 32,9010% ao ano.

Em outras palavras, **o banco pactua uma taxa, expressa no contrato - 2,32% ao mês – no entanto cobra uma taxa sensivelmente maior, de 2,3986%**. Isto gera uma diferença a favor do banco de R\$ 15,54 por parcela, que no final do financiamento proporciona um custo para o cliente de R\$ 932,01, cobrados ilegalmente pela instituição.

Tal divergência ocorre, pois, a taxa de juros cobrada pelo banco refere-se ao valor total do financiamento com a inclusão do valor do IOF, de R\$ 502,28, ou seja, R\$ 27.717,28 (27.215,00 + 502,28).

Não obstante, o próprio contrato mostra que o valor do IOF não foi financiado. Sendo assim, com valor total de R\$ 27.215,00, prazo de 60 meses, e taxa de 2,32% a prestação deveria ser de R\$ 844,74.

### 5.2. COBRANÇA DE TARIFAS ILEGAIS

Percebe-se no contrato, **no item 4.5**, valor de despesas cobradas sem especificação. Com efeito, em 28/08/13, foram realizados os julgamentos que faltavam para a continuidade

---

<sup>6</sup> Economista; Prof. Dr. do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB onde leciona Matemática Financeira e Perícia Econômica; Conselheiro Efetivo do Conselho Regional de Economia da Paraíba/CORECON-PB (2017-2019); Graduando em Direito pelo Centro Universitário João Pessoa/UNIPÊ (em 2018); e Associado ao Conselho de Peritos Judiciais do Brasil/CONPEJ no período 2016-2017.

dos trâmites que tratavam de TAC/TEC: REsp 1.255.573/RS e REsp 1.251.331/RS. Referente a TAC/TEC são ilegais esta cobrança após a data de 30/04/2008; já referente a TARIFA DE CADASTRO não é abusiva a cobrança desde que seja para início de relacionamento, e referente ao IOF (IMPOSTO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS) não é abusiva a cobrança, podendo este ser convencionado ou financiado.

Sem embargos, no caso concreto, reconhece-se a legalidade da cobrança de “**Tarifa de Cadastro**”, “**Outros**” (referente ao pagamento de acessórios para o veículo). Não obstante, há ilegalidade na cobrança de R\$ 135,00 referentes a “despesas” não especificadas.

As práticas comerciais tornam-se abusivas quando as condições de negociação nas relações de consumo são irregulares e ferem os alicerces de uma ordem jurídica justa, seja pelo prisma da boa-fé, seja pela ótica da ordem pública e dos bons costumes, conforme expressa Silva (2017).

Abaixo, uma exposição do total pago, até a 46ª parcela paga, com o financiamento da Tarifa referente a essas “despesas”:

**Quadro 1:** Valores Financiados Por Cada Tarifa Ilegal Até a Parcela de Nº 46

O IOF e TARIFA DE CADASTRO não entram neste quadro pois são Tarifas Legais				
Descrição	Prestação da Tarifa		Meses	PMT
Despesas	R\$ 4,27	x	46	R\$ 196,30

**Fonte:** Elaboração própria.

A cobrança indevida (R\$ 196,30 até a 46ª parcela), demonstrada acima no Quadro 1, consiste numa onerosidade excessiva para o consumidor, ferindo consideravelmente as normas dispostas na legislação protetiva das relações de consumo, bem como, de forma bem especial, do cliente bancário.

### 5.3. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS PELO SISTEMA PRICE

A maior discussão sobre a utilização da tabela Price, no ordenamento jurídico, trata do conteúdo efetivo da expressão **anatocismo**, termo que significa “*a contagem ou cobrança de juros sobre juros*”, ou seja, é o cálculo dos juros tomando por base um montante constituído do principal mais juros. O fato é que a legislação brasileira proíbe a prática de juro composto

**(Súmula 121 do STF: é vedada capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada).**

Pois bem, abaixo, com base no próprio contrato, a comprovação técnica de que a Tabela Price praticada pelo Banco, no cálculo do financiamento, implicou em capitalização composta.

Relembrando o conceito de cálculo da prestação pelo sistema Price, sabe-se que a prestação é a soma da amortização mais os juros, e obtida pela fórmula exposta a seguir, utilizada para séries de pagamentos uniformes (ou prestações), com termos postecipados:

$$PMT = Capital \times \frac{(1+i)^n \times i}{(1+i)^n - 1} \quad (1)$$

**Onde:** *PMT* = Prestação; *Capital* = Valor presente a ser amortizado; *i* = Taxa; *n* = Número de prestações.

Tomando como base o contrato, tem-se o crédito no valor no R\$ 27.215,00, tomados a uma taxa de juros de 2,3986% ao mês, (a verdadeira taxa cobrada) com 60 parcelas (iguais e sucessivas) de R\$ 860,27. Ou seja,

$$PMT = 27.215,00 \times \frac{(1+0,023986)^{60} \times 0,023986}{(1+0,023986)^{60} - 1} = 860,27 \quad (2)$$

Com base na planilha de amortização, Anexo: **Planilha nº 01**, percebe-se que, aparentemente, não há nenhum juro sobre juro no cálculo das prestações, pois estão separados os juros da amortização, de modo que o saldo devedor está sempre isento dos juros do período anterior, ou seja, **os juros não se relacionam uns com os outros**. Logo, isso quer dizer que numa planilha de Amortização pela Tabela Price não ocorre anatocismo?

A aplicação da taxa de juros sobre o saldo devedor para encontrar o juro de uma única parcela, tratada isoladamente como muitas vezes se encontra em discussões no âmbito judicial, conduz a um raciocínio que leva a crer que a Tabela Price nem sempre utiliza juros compostos (aplicação exponencial). Isso ocorre somente quando o período “*n*” da fórmula é igual a 1.

Não se deve calcular simplesmente os juros de um único período multiplicando-se a taxa pelo saldo devedor, pois não se estaria considerando períodos uniformes e múltiplos, mas sim, um único período.

Ocorre que em um único período, juros simples são iguais a juros compostos, pois, ao multiplicar os juros por uma unidade ou elevar o mesmo ao expoente um e deduzir do principal, resulta em resultado idêntico, o que não ocorre com períodos “maior” que um:

➤ **Supondo um Principal de R\$ 27.215,00 – com n=1**

- Juros simples:  $27.215,00 \times (0,023986 \times 1) = 652,78$
- Juros compostos:  $27.215,00 \times (1+0,023986)^1 = 27.867,78 - 27.215,00 = 652,78$

Os resultados de juros simples ou compostos na unidade são iguais.

➤ **Supondo um Principal de R\$ 27.215,00 – com n=2**

- Juros simples:  $27.215,00 \times 0,023986 \times 2 = 1.305,56$
- Juros compostos:  $27.215,00 \times (1+0,023986)^2 = 28.536,22 - 27.215,00 = 1.321,22$

Os resultados de juros simples ou compostos **em dois períodos são diferentes.**

Com efeito, fica claro que os juros na Tabela Price são capitalizados de forma composta, dentro de uma das parcelas, independente do pagamento, o QUE É ILEGAL.

Ressalta-se que o não pagamento dos juros, com parcelas insuficientes à sua cobertura, gera a denominada amortização negativa, quando os juros não pagos são incorporados ao saldo devedor, gerando anatocismo novamente, pela inserção do juro ao capital e nova aplicação de juros sobre juros. (MULLER e ANTONIK, 2013).

Sobre capitalização, refere-se ao ato ou efeito de capitalizar ou converter em capital. É a aplicação da taxa de juros sobre um capital por diversos períodos, gerando os juros simples ou compostos. Os juros, então, podem ser capitalizados de forma **simples** ou **composta**.

É importante lembrar que o cálculo do juro composto é obtido simplesmente por uma progressão geométrica pela qual os juros vão se acumulando e rendendo uns sobre os outros, expresso matematicamente por:

$$(1 + i)^n \quad (3)$$



Retornando ao contrato, tem-se a taxa 2,3986% ao mês em 60 meses. Isto é, há capitalização composta em 60 períodos, **configurando anatocismo**. Dessa forma, ao capitalizar a taxa pelo prazo específico, tem-se:

$$(1 + 0,023986)^{60} = 4,146113 \quad (4)$$

O número obtido representa a taxa mais o capital, ou seja, 4,146113 representam 314,6113% de juros mais o capital integral, que é 100%.

**E será que não é exatamente assim que acontece na Tabela Price?** Pois bem, pode ser demonstrado no quadro a seguir, no processo de descapitalização, que está lá implícito o juro composto inversamente proporcional ao prazo transcorrido:

**Quadro 2:** Processo de descapitalização – com base nos dados do contrato

Nº	Juros	Amortização	Taxa de juros em relação à amortização (J/A)	Juros Descapitalizados	Período Capitalizado
1	R\$ 652,78	R\$ 207,49	314,6113%	$((((314,6113/100+1)^{1/60})-1) \times 100 = 2,3986\%$	60
2	R\$ 647,80	R\$ 212,46	304,8994%	$((((304,8994/100+1)^{1/59})-1) \times 100 = 2,3986\%$	59
3	R\$ 642,71	R\$ 217,56	295,4150%	$((((295,4150/100+1)^{1/58})-1) \times 100 = 2,3986\%$	58
4	R\$ 637,49	R\$ 222,78	286,1527%	$((((286,1527/100+1)^{1/57})-1) \times 100 = 2,3986\%$	57
5	R\$ 632,14	R\$ 228,12	277,1074%	$((((277,1074/100+1)^{1/56})-1) \times 100 = 2,3986\%$	56
6	R\$ 626,67	R\$ 233,59	268,2740%	$((((268,2740/100+1)^{1/55})-1) \times 100 = 2,3986\%$	55
7	R\$ 621,07	R\$ 239,20	259,6475%	$((((259,6475/100+1)^{1/54})-1) \times 100 = 2,3986\%$	54
8	R\$ 615,33	R\$ 244,93	251,2230%	$((((251,2230/100+1)^{1/53})-1) \times 100 = 2,3986\%$	53
9	R\$ 609,46	R\$ 250,81	242,9959%	$((((242,9959/100+1)^{1/52})-1) \times 100 = 2,3986\%$	52
10	R\$ 603,44	R\$ 256,83	234,9616%	$((((234,9616/100+1)^{1/51})-1) \times 100 = 2,3986\%$	51
11	R\$ 597,28	R\$ 262,99	227,1154%	$((((227,1154/100+1)^{1/50})-1) \times 100 = 2,3986\%$	50
12	R\$ 590,97	R\$ 269,29	219,4530%	$((((219,4530/100+1)^{1/49})-1) \times 100 = 2,3986\%$	49
13	R\$ 584,51	R\$ 275,75	211,9701%	$((((211,9701/100+1)^{1/48})-1) \times 100 = 2,3986\%$	48
14	R\$ 577,90	R\$ 282,37	204,6624%	$((((204,6624/100+1)^{1/47})-1) \times 100 = 2,3986\%$	47
15	R\$ 571,13	R\$ 289,14	197,5260%	$((((197,5260/100+1)^{1/46})-1) \times 100 = 2,3986\%$	46

16	R\$ 564,19	R\$ 296,08	190,5567%	$((((190,5567/100+1)^{1/45})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	45
17	R\$ 557,09	R\$ 303,18	183,7506%	$((((183,7506/100+1)^{1/44})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	44
18	R\$ 549,82	R\$ 310,45	177,1040%	$((((177,1040/100+1)^{1/43})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	43
19	R\$ 542,37	R\$ 317,90	170,6131%	$((((170,6131/100+1)^{1/42})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	42
20	R\$ 534,75	R\$ 325,52	164,2742%	$((((164,2742/100+1)^{1/41})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	41
21	R\$ 526,94	R\$ 333,33	158,0838%	$((((158,0838/100+1)^{1/40})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	40
22	R\$ 518,94	R\$ 341,32	152,0384%	$((((152,0384/100+1)^{1/39})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	39
23	R\$ 510,76	R\$ 349,51	146,1346%	$((((146,1346/100+1)^{1/38})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	38
24	R\$ 502,37	R\$ 357,89	140,3691%	$((((140,7387/100+1)^{1/37})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	37
25	R\$ 493,79	R\$ 366,48	134,7387%	$((((134,7387/100+1)^{1/36})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	36
26	R\$ 485,00	R\$ 375,27	129,2401%	$((((129,2401/100+1)^{1/35})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	35
27	R\$ 476,00	R\$ 384,27	123,8704%	$((((123,8704/100+1)^{1/34})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	34
28	R\$ 466,78	R\$ 393,49	118,6264%	$((((118,6264/100+1)^{1/33})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	33
29	R\$ 457,34	R\$ 402,93	113,5053%	$((((113,5053/100+1)^{1/32})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	32
30	R\$ 447,68	R\$ 412,59	108,5041%	$((((108,5041/100+1)^{1/31})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	31
31	R\$ 437,78	R\$ 422,49	103,6201%	$((((103,6201/100+1)^{1/30})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	30
32	R\$ 427,65	R\$ 432,62	98,8504%	$((((98,8504/100+1)^{1/29})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	29
33	R\$ 417,27	R\$ 443,00	94,1925%	$((((94,1925/100+1)^{1/28})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	28
34	R\$ 406,64	R\$ 453,62	89,6437%	$((((89,6437/100+1)^{1/27})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	27
35	R\$ 395,76	R\$ 464,50	85,2015%	$((((85,2015/100+1)^{1/26})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	26
36	R\$ 384,62	R\$ 475,64	80,8633%	$((((80,8633/100+1)^{1/25})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	25
37	R\$ 373,21	R\$ 487,05	76,6267%	$((((76,6267/100+1)^{1/24})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	24
38	R\$ 361,53	R\$ 498,74	72,4894%	$((((72,4894/100+1)^{1/23})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	23
39	R\$ 349,57	R\$ 510,70	68,4490%	$((((68,4490/100+1)^{1/22})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	22
40	R\$ 337,32	R\$ 522,95	64,5032%	$((((64,5032/100+1)^{1/21})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	21
41	R\$ 324,77	R\$ 535,49	60,6499%	$((((60,6499/100+1)^{1/20})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	20
42	R\$ 311,93	R\$ 548,34	56,8868%	$((((56,8868/100+1)^{1/19})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	19
43	R\$ 298,78	R\$ 561,49	53,2118%	$((((53,2118/100+1)^{1/18})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	18
44	R\$ 285,31	R\$ 574,96	49,6230%	$((((49,6230/100+1)^{1/17})-1) \times 100 = \mathbf{2,3986\%})$	17

45	R\$ 271,52	R\$ 588,75	46,1182%	$(((46,1182/100+1)^{1/16}-1) \times 100 = 2,3986\%$	16
46	R\$ 257,40	R\$ 602,87	42,6955%	$(((42,6955/100+1)^{1/15}-1) \times 100 = 2,3986\%$	15
47	R\$ 242,94	R\$ 617,33	39,3530%	$(((39,3530/100+1)^{1/14}-1) \times 100 = 2,3986\%$	14
48	R\$ 228,13	R\$ 632,14	36,0888%	$(((36,0888/100+1)^{1/13}-1) \times 100 = 2,3986\%$	13
49	R\$ 212,97	R\$ 647,30	32,9010%	$(((32,9010/100+1)^{1/12}-1) \times 100 = 2,3986\%$	12
50	R\$ 197,44	R\$ 662,82	29,7879%	$(((29,7879/100+1)^{1/11}-1) \times 100 = 2,3986\%$	11
51	R\$ 181,54	R\$ 678,72	26,7477%	$(((26,7477/100+1)^{1/10}-1) \times 100 = 2,3986\%$	10
52	R\$ 165,26	R\$ 695,00	23,7788%	$(((23,7788/100+1)^{1/9}-1) \times 100 = 2,3986\%$	9
53	R\$ 148,59	R\$ 711,67	20,8794%	$(((20,8794/100+1)^{1/8}-1) \times 100 = 2,3986\%$	8
54	R\$ 131,52	R\$ 728,74	18,0479%	$(((18,0479/100+1)^{1/7}-1) \times 100 = 2,3986\%$	7
55	R\$ 114,04	R\$ 746,22	15,2827%	$(((15,2827/100+1)^{1/6}-1) \times 100 = 2,3986\%$	6
56	R\$ 96,14	R\$ 764,12	12,5823%	$(((12,5823/100+1)^{1/5}-1) \times 100 = 2,3986\%$	5
57	R\$ 77,82	R\$ 782,45	9,9451%	$(((9,9451/100+1)^{1/4}-1) \times 100 = 2,3986\%$	4
58	R\$ 59,05	R\$ 801,22	7,3698%	$(((7,3698/100+1)^{1/3}-1) \times 100 = 2,3986\%$	3
59	R\$ 39,83	R\$ 820,44	4,8547%	$(((4,8547/100+1)^{1/2}-1) \times 100 = 2,3986\%$	2
60	R\$ 20,15	R\$ 840,12	2,3986%	<b>2,3986%</b>	1

Fonte: Elaboração própria.

**Estes elementos comprovam a existência de capitalização composta na operação, caracterizando ANATOCISMO**, diferentemente do que alega o banco.

A demonstração acima nada mais é do que a “abertura das fórmulas” as quais escondem a engenhosidade do Sistema Francês de Amortização para calcular as parcelas do financiamento.

Equivocadamente, na conceituação vigente no sistema financeiro nacional, só há anatocismo quando há capitalização dos juros sobre o principal mais os juros vencidos, ou seja, ao saldo devedor se agregam os juros não pagos no período anterior.

Será essa visão errônea e enganosa utilizada pelos agentes financeiros para manipular e moldar o uso de juros compostos na Tabela Price? Nogueira (2012), em sua obra “**Tabela Price – da prova documental e precisa elucidação do seu anatocismo**” enfoca que utilizar a Tabela Price dizendo que não existe anatocismo é a sutil forma de encarnar a usura.

## 6. A ANÁLISE REVISIONAL

Comprova-se com base no exposto acima, e pela análise da **PLANILHA Nº 01**, no APÊNDICE, que o banco utiliza-se da TABELA PRICE COM CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA.

Com o objetivo de corrigir todas as distorções/ilegalidade/abusividades praticadas, este trabalho recalculou o contrato (Planilhas no Apêndice) da seguinte forma:

No sentido de eliminar o anatocismo, foi feito recálculo do financiamento com base no Método de Amortização a Juros Simples a partir do “Tabela Price” – Com efeito, na **PLANILHA Nº 02**, é possível visualizar a evolução do financiamento RECALCULADO.

É Preciso destacar que, para essa análise, foi retirada do cálculo do valor total de financiamento a tarifa de “despesas” (R\$ 135,00), notadamente ilegal, assim como a Tarifa “Outros” (R\$ 350,00), sem especificação. Desta forma, ao invés de considerar o valor total do crédito no montante de R\$ 27.215,87 e a taxa de juros de 2,3986% ao mês (conforme contrato), este trabalho revisional considerou para recálculo a quantia de **R\$ 26.730,00** (R\$ 27.215,00 – R\$ 135,00 – R\$ 350,00).

Destarte, esse recálculo do financiamento a juros simples pelo MÉTODO GAUSS mostra que o valor da prestação deveria ser de **R\$ 632,65**, ao invés dos R\$ 860,27 calculados pelo banco a juros compostos. Isso gera uma diferença por prestação de R\$ 227,62.

A **PLANILHA Nº 03** expõe a evolução dos pagamentos, ou seja, os valores mensais recalculados (**R\$ 632,65**), que deveriam ser pagos pelo Sistema de Juros Simples, em suas respectivas datas, e o que foi pago indevida e efetivamente ao banco (R\$ 860,27), com juros compostos.

Apurou-se assim, além dos valores mensais pagos “a maior” a instituição bancária (R\$ 219,34 por parcela); também as parcelas vincendas (47/60 a 60/60) (*PLANILHA Nº 03 – LINHA 67*) – as quais foram atualizadas, desde seus respectivos vencimentos, para a data de realização deste trabalho (10/08/2017) – com intuito de se conhecer o saldo devedor ou credor.

Já na **PLANILHA Nº 04** apresentam-se os valores pagos a maior, atualizados. Sobre estes incidem encargos de atualização nos moldes dos juros legais remuneratórios e compensatórios com base na TAXA DO CONTRATO, ou seja, 2,32% ao mês.

Em resumo, tem-se no **DEMONSTRATIVO DAS PLANILHAS: (APÊNDICE)**

### a) PLANILHA Nº 01

Demonstrativo do Financiamento com SISTEMA PRICE (CONFORME BANCO)

**b) PLANILHA Nº 02 - EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO - RECÁLCULO**

Demonstrativo do Financiamento com MÉTODO GAUSS (JUROS SIMPLES)

**c) PLANILHA Nº 03 - PLANILHAS DE EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS:**

**Coluna -“A”** – Indica o nº da prestação;

Coluna -“B” – Indica a data do vencimento e da transferência da prestação para efeito de sua liquidação;

**Coluna -“C”** – Indica o valor da prestação devida e transferida para essa planilha para efeito de liquidação;

Coluna -“D” – Indica a data do pagamento efetuado;

**Coluna -“E”** – Indica o número de dias de atraso entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento;

Coluna -“F” – Indica o percentual da taxa de juro de mora a ser aplicado em caso de pagamento com atraso;

**Coluna -“G”** – Indica o valor do juro de mora sob a forma de moeda;

Coluna -“H” – Indica o valor da multa, por inadimplência;

**Coluna -“I”** – Indica o valor total da prestação a ser paga, com os acréscimos de mora;

Coluna -“J” – Indica o valor total da prestação paga;

**Coluna -“K”** – Indica o valor pago a maior.

**d) PLANILHA Nº 04 - PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR:**

**Coluna -“A”** – Indica o nº da prestação;

Coluna -“B” – Indica a data em que foi efetuado o pagamento a maior e que será atualizado pela mesma taxa de juro contratada;

**Coluna -“C”** – Indica o valor a ser atualizado;

Coluna -“D” – Indica a data em que foi atualizado os valores que foram cobrados a maior;

**Coluna -“E”** – Indica o número de dias decorridos entre a data do efetivo pagamento e o da sua atualização;

Coluna -“F” – Indica o percentual de juro acumulado no período analisado, para efeito de sua atualização;

**Coluna -“G”** – Indica o valor da remuneração do capital cobrado a maior, sob a forma de moeda;

Coluna -“H” – Indica o percentual de juro compensatório acumulado no período analisado, para efeito de sua atualização;

**Coluna -“I”** – Indica o valor total da remuneração do capital cobrado a maior, sob a forma de moeda;

Coluna -“J” – Indica o total da remuneração do capital atualizado a ser incorporado ao capital que será devolvido/compensado;

**Coluna -“K”** – Indica o total da remuneração do capital mais remuneração a ser devolvido/compensado;

e)      **RESUMO** - Apresentação da síntese do recálculo

## 7. CONCLUSÕES

Após estudo minucioso do contrato de financiamento do veículo e evolução dos pagamentos, **chegou-se a seguinte conclusão:**

- a) No contrato, o valor pago a maior considerando a exclusão do anatocismo com recálculo pela diferença dos sistemas de amortização, soma a importância de **R\$ 10.470,51** (PLANILHA Nº 03 – COLUNA k – LINHA 66).

Aplicando-se repetição de indébito em dobro (Art. 42, parágrafo Único da Lei nº 8078/90 – Código de Defesa do Consumidor) atualizado com juros remuneratórios e compensatórios, à taxa do contrato para o dia 10/08/17, gera o montante de **R\$ 54.348,24** (PLANILHA Nº 04 – COLUNA k – LINHA 54).

"Art. 42 CDC. [...]

O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

Sobre a repetição de indébito em dobro, o objetivo é restituir o consumidor pelas perdas nas operações aparentemente simples, mas que acabam causando enriquecimento ilícito das instituições financeiras.

- b) Contabiliza-se, também, o valor das “despesas”, cobrada ilegalmente (até a 46ª parcela) no valor de **R\$ 196,30**.
- c) Ressalta-se que há compensação de 14 parcelas vincendas – 47/60 a 60/60 – que atualizadas para a data de 10/08/17 resultam no saldo devedor de **R\$ 7.558,91** (PLANILHA Nº 03 – COLUNA I – LINHA 84).

Desta forma, a conclusão do trabalho é que, após a devida compensação entre o valor pago a maior e o saldo das parcelas a vencer - recalculadas, **O CONTRATO ESTÁ QUITADO E AINDA HÁ SALDO CREDOR** em favor do senhor L. G. O. no valor de **R\$ 44.244,83** (Quarenta e Sete mil Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Oitenta e Três Centavos), atualizados até a data de 10/08/17.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO FILHO, Reinaldo Pinto. **Da Perícia ao Perito**. 4 ed. rev. e atual. Impetus, Niterói-RJ, 2015.

ALVIM, Arruda. **Apontamentos sobre a perícia**. Revista do Processo, n. 23, ano 6, jul-set 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724:2011: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002.

\_\_\_\_\_. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13105, de 17 de Março de 2015.

\_\_\_\_\_. **Supremo Tribunal Federal**. Súmula nº 121. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2000>. Acesso em 10 ago. 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**, Volume I: direito de empresa. 18ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA – **Regulamentação Profissional**. Disponível em <<http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/2.3.1.pdf>>. Acesso em 08/08/2017.

JULIANO, Rui. **Manual de Perícias Segundo o Novo Código de Processo Civil**. Rio Grande do Sul: Rui Juliano Perícias, 2016.

MULLER, Aderbal Nicolas; ANTONIK, Luis Roberto. **Cálculos Perícias**. Efeitos Inflacionários, Números Índices, Indexadores e Sistemas de Amortização. 3 ed. Revista e Atualizada. Juruá. São Paulo, 2013.

NOGUEIRA, José Jorge Meschiatti. **Tabela Price** – Da Prova Documental e Precisa Elucidação do Seu Anatocismo. Servanda, São Paulo, 2012.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Prova Judiciária no Cível e Comercial**. Vol.V. Max Limonad. São Paulo-SP, 1949.

SILVA, Laércio D. C. **Ilegalidades/abusividades praticadas por instituições bancárias: curso de perícia econômico-financeira**, jan-jun de 2017. 66 f. Notas de Aula. Digitalizado.

ZIZZI, Estevão. **Ação Revisional Teoria e Prática**. São Paulo, Método Jurídico, 2014.



# APÊNDICE

PLANILHA Nº 01  
EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO CONFORME CONTRATO

	A	B	C	D	E	F
1	<b>DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO</b>					
2	<b>BANCO:</b>	GMAC				
3	<b>CLIENTE</b>	L. G. O.				
4	<b>CONTRATO:</b>	760783				
5	<b>VLR DO VEÍCULO</b>	R\$ 30.240,00				
6	<b>ENTRADA</b>	R\$ 4.000,00				
7	<b>VALOR LÍQUIDO</b>	R\$ 26.240,00				
8	<b>TAR. CADASTRO</b>	R\$ 490,00				
9	<b>OUTROS</b>	R\$ 350,00				
10	<b>DESPESAS</b>	R\$ 135,00				
11	<b>IOF</b>	R\$ 502,28	NÃO FINANCIADO			
12	<b>VALOR DO FINAN.</b>	<b>R\$ 27.215,00</b>				
13	<b>JUROS:</b>	2,32% a. m. ou 31,6820% a. a.	- TAXA VERDADEIRA: 2,40% ou 32,90%			
14	<b>PRAZO:</b>	60 MESES				
15	<b>PARCELA:</b>	R\$ 860,27				
16						
17	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>		<b>VALOR DA PRESTAÇÃO</b>		
18	<b>DA</b>		<b>SALDO</b>	<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>JUROS</b>	<b>PRESTAÇÃO</b>
19	<b>PREST</b>	<b>FINAL</b>		<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
20	<b>0</b>	<b>20/09/2013</b>	<b>27.215,00</b>			
21	01/60	20/10/13	27.007,51	207,49	652,78	860,27
22	02/60	20/11/13	26.795,05	212,46	647,81	860,27
23	03/60	20/12/13	26.577,49	217,56	642,71	860,27
24	04/60	20/01/14	26.354,71	222,78	637,49	860,27
25	05/60	20/02/14	26.126,59	228,12	632,15	860,27
26	06/60	20/03/14	25.893,00	233,59	626,68	860,27
27	07/60	20/04/14	25.653,80	239,20	621,07	860,27
28	08/60	20/05/14	25.408,87	244,93	615,34	860,27
29	09/60	20/06/14	25.158,06	250,81	609,46	860,27
30	10/60	20/07/14	24.901,24	256,82	603,45	860,27
31	11/60	20/08/14	24.638,25	262,98	597,29	860,27
32	12/60	20/09/14	24.368,96	269,29	590,98	860,27
33	13/60	20/10/14	24.093,21	275,75	584,52	860,27
34	14/60	20/11/14	23.810,84	282,37	577,90	860,27
35	15/60	20/12/14	23.521,71	289,14	571,13	860,27
36	16/60	20/01/15	23.225,63	296,07	564,20	860,27
37	17/60	20/02/15	22.922,46	303,18	557,09	860,27
38	18/60	20/03/15	22.612,01	310,45	549,82	860,27
39	19/60	20/04/15	22.294,11	317,89	542,38	860,27
40	20/60	20/05/15	21.968,59	325,52	534,75	860,27
41	21/60	20/06/15	21.635,27	333,33	526,94	860,27
42	22/60	20/07/15	21.293,94	341,32	518,95	860,27
43	23/60	20/08/15	20.944,43	349,51	510,76	860,27
44	24/60	20/09/15	20.586,54	357,89	502,38	860,27
45	25/60	20/10/15	20.220,06	366,48	493,79	860,27
46	26/60	20/11/15	19.844,80	375,27	485,00	860,27
47	27/60	20/12/15	19.460,53	384,27	476,00	860,27
48	28/60	20/01/16	19.067,04	393,49	466,78	860,27
49	29/60	20/02/16	18.664,12	402,92	457,35	860,27
50	30/60	20/03/16	18.251,53	412,59	447,68	860,27
51	32/60	20/04/16	17.829,04	422,49	437,78	860,27
52	32/60	20/05/16	17.396,42	432,62	427,65	860,27
53	33/60	20/06/16	16.953,43	443,00	417,27	860,27
54	34/60	20/07/16	16.499,80	453,62	406,65	860,27

PLANILHA Nº 01  
EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO CONFORME CONTRATO

	A	B	C	D	E	F
55	35/60	20/08/16	16.035,30	464,50	395,77	860,27
56	36/60	20/09/16	15.559,66	475,64	384,63	860,27
57	37/60	20/10/16	15.072,60	487,05	373,22	860,27
58	38/60	20/11/16	14.573,87	498,74	361,53	860,27
59	39/60	20/12/16	14.063,17	510,70	349,57	860,27
60	40/60	20/01/17	13.540,22	522,95	337,32	860,27
61	41/60	20/02/17	13.004,73	535,49	324,78	860,27
62	42/60	20/03/17	12.456,39	548,34	311,93	860,27
63	43/60	20/04/17	11.894,90	561,49	298,78	860,27
64	44/60	20/05/17	11.319,95	574,96	285,31	860,27
65	45/60	20/06/17	10.731,20	588,75	271,52	860,27
66	46/60	20/07/17	10.128,33	602,87	257,40	860,27
67	47/60	20/08/17	9.511,00	617,33	242,94	860,27
68	48/60	20/09/17	8.878,86	632,14	228,13	860,27
69	49/60	20/10/17	8.231,56	647,30	212,97	860,27
70	50/60	20/11/17	7.568,73	662,83	197,44	860,27
71	51/60	20/12/17	6.890,01	678,72	181,55	860,27
72	52/60	20/01/18	6.195,00	695,00	165,27	860,27
73	53/60	20/02/18	5.483,33	711,68	148,59	860,27
74	54/60	20/03/18	4.754,58	728,75	131,52	860,27
75	55/60	20/04/18	4.008,36	746,23	114,04	860,27
76	56/60	20/05/18	3.244,23	764,12	96,15	860,27
77	57/60	20/06/18	2.461,78	782,45	77,82	860,27
78	58/60	20/07/18	1.660,56	801,22	59,05	860,27
79	59/60	20/08/18	840,12	820,44	39,83	860,27
80	60/60	20/09/18	0,00	840,12	20,15	860,27
81				<b>27.215,00</b>	<b>24.401,20</b>	<b>51.616,20</b>
82						
83	João Pessoa (PB), 10 de agosto de 2017					
84						


PLANILHA Nº 02  
EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO À JUROS SIMPLES (RECALCULADO)

	A	B	C	D	E	F
1	<b>DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO</b>					
2	<b>CLIENTE</b>	L. G. O.				
3	<b>CONTRATO:</b>	760783				
4	<b>VLR DO VEÍCULO</b>	R\$ 30.240,00				
5	<b>ENTRADA</b>	R\$ 4.000,00				
6	<b>VALOR LÍQUIDO</b>	R\$ 26.240,00				
7	<b>TAR. CADASTRO</b>	R\$ 490,00				
8	<b>OUTROS</b>	R\$ 350,00				
9	<b>DESPESAS</b>	R\$ 135,00				
10	<b>IOF</b>	R\$ 502,28	NÃO FINANCIADO			
11	<b>VALOR DO FINAN.</b>	<b>R\$ 26.730,00</b>	(RECALCULADO)			
12	<b>JUROS:</b>	2,32% a. m. ou 31,6820% a. a.				
13	<b>PRAZO:</b>	60 MESES				
14	<b>PARCELA:</b>	R\$ 632,65			<b>DATA BASE:</b>	<b>10/08/17</b>
15						
16	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>		<b>VALOR DA PRESTAÇÃO</b>		
17	<b>DA</b>		<b>SALDO</b>	<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>JUROS</b>	<b>TOTAL</b>
18	<b>PREST</b>	<b>FINAL</b>		<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
19	<b>0</b>	<b>20/09/2013</b>	<b>26.730,00</b>			
20	01/60	20/10/13	26.465,51	264,49	368,16	632,65
21	02/60	20/11/13	26.194,89	270,62	362,03	632,65
22	03/60	20/12/13	25.918,13	276,76	355,89	632,65
23	04/60	20/01/14	25.635,24	282,89	349,76	632,65
24	05/60	20/02/14	25.346,21	289,03	343,62	632,65
25	06/60	20/03/14	25.051,04	295,17	337,48	632,65
26	07/60	20/04/14	24.749,74	301,30	331,35	632,65
27	08/60	20/05/14	24.442,30	307,44	325,21	632,65
28	09/60	20/06/14	24.128,73	313,57	319,08	632,65
29	10/60	20/07/14	23.809,02	319,71	312,94	632,65
30	11/60	20/08/14	23.483,17	325,85	306,80	632,65
31	12/60	20/09/14	23.151,19	331,98	300,67	632,65
32	13/60	20/10/14	22.813,07	338,12	294,53	632,65
33	14/60	20/11/14	22.468,82	344,25	288,40	632,65
34	15/60	20/12/14	22.118,42	350,39	282,26	632,65
35	16/60	20/01/15	21.761,90	356,53	276,12	632,65
36	17/60	20/02/15	21.399,23	362,66	269,99	632,65
37	18/60	20/03/15	21.030,44	368,80	263,85	632,65
38	19/60	20/04/15	20.655,50	374,94	257,72	632,65
39	20/60	20/05/15	20.274,43	381,07	251,58	632,65
40	21/60	20/06/15	19.887,22	387,21	245,44	632,65
41	22/60	20/07/15	19.493,88	393,34	239,31	632,65
42	23/60	20/08/15	19.094,40	399,48	233,17	632,65
43	24/60	20/09/15	18.688,78	405,62	227,03	632,65
44	25/60	20/10/15	18.277,03	411,75	220,90	632,65
45	26/60	20/11/15	17.859,14	417,89	214,76	632,65
46	27/60	20/12/15	17.435,12	424,02	208,63	632,65
47	28/60	20/01/16	17.004,96	430,16	202,49	632,65
48	29/60	20/02/16	16.568,66	436,30	196,35	632,65
49	30/60	20/03/16	16.126,23	442,43	190,22	632,65
50	32/60	20/04/16	15.677,66	448,57	184,08	632,65
51	32/60	20/05/16	15.222,96	454,70	177,95	632,65


PLANILHA Nº 02  
EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO À JUROS SIMPLES (RECALCULADO)

	A	B	C	D	E	F
16	Nº	DATA		VALOR DA PRESTAÇÃO		
17	DA		SALDO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL
18	PREST	FINAL		R\$	R\$	R\$
52	33/60	20/06/16	14.762,12	460,84	171,81	632,65
53	34/60	20/07/16	14.295,14	466,98	165,67	632,65
54	35/60	20/08/16	13.822,03	473,11	159,54	632,65
55	36/60	20/09/16	13.342,78	479,25	153,40	632,65
56	37/60	20/10/16	12.857,40	485,38	147,27	632,65
57	38/60	20/11/16	12.365,88	491,52	141,13	632,65
58	39/60	20/12/16	11.868,22	497,66	134,99	632,65
59	40/60	20/01/17	11.364,43	503,79	128,86	632,65
60	41/60	20/02/17	10.854,50	509,93	122,72	632,65
61	42/60	20/03/17	10.338,44	516,06	116,59	632,65
62	43/60	20/04/17	9.816,23	522,20	110,45	632,65
63	44/60	20/05/17	9.287,90	528,34	104,31	632,65
64	45/60	20/06/17	8.753,42	534,47	98,18	632,65
65	46/60	20/07/17	8.212,82	540,61	92,04	632,65
66	47/60	20/08/17	7.666,07	546,75	85,91	632,65
67	48/60	20/09/17	7.113,19	552,88	79,77	632,65
68	49/60	20/10/17	6.554,17	559,02	73,63	632,65
69	50/60	20/11/17	5.989,02	565,15	67,50	632,65
70	51/60	20/12/17	5.417,73	571,29	61,36	632,65
71	52/60	20/01/18	4.840,30	577,43	55,22	632,65
72	53/60	20/02/18	4.256,74	583,56	49,09	632,65
73	54/60	20/03/18	3.667,04	589,70	42,95	632,65
74	55/60	20/04/18	3.071,21	595,83	36,82	632,65
75	56/60	20/05/18	2.469,24	601,97	30,68	632,65
76	57/60	20/06/18	1.861,13	608,11	24,54	632,65
77	58/60	20/07/18	1.246,89	614,24	18,41	632,65
78	59/60	20/08/18	626,51	620,38	12,27	632,65
79	60/60	20/09/18	-	626,51	6,14	632,65
80				<b>26.730,00</b>	<b>11.229,01</b>	<b>37.959,01</b>
81						
82	João Pessoa (PB), 10 de agosto de 2017					
83						

PLANILHA Nº 03  
EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS  
(JUROS COMPOSTOS X JUROS SIMPLES)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	<b>DEMONSTRATIVO DO CONTROLE DE PAGAMENTOS DO FINANCIAMENTO COM CÁLCULO DO VALOR PAGO A MAIOR</b>										
2	<b>CLIENTE</b>	L. G. O.									
3	<b>CONTRATO:</b>	760783									
4	<b>VLR DO VEÍCULO</b>	R\$ 30.240,00									
5	<b>ENTRADA</b>	R\$ 4.000,00									
6	<b>VALOR LÍQUIDO</b>	R\$ 26.240,00									
7	<b>TAR. CADASTRO</b>	R\$ 490,00									
8	<b>OUTROS</b>	R\$ 350,00									
9	<b>DESPESAS</b>	R\$ 135,00									
10	<b>IOF</b>	R\$ 502,28	NÃO FINANCIADO								
11	<b>VALOR DO FINAN.</b>	<b>R\$ 26.730,00</b>	(RECALCULADO)								
12	<b>JUROS:</b>	2,32% a. m. ou 31,6820% a. a.									
13	<b>PRAZO:</b>	60 MESES									
14	<b>PARCELA:</b>	R\$ 632,65								<b>DATA BASE:</b>	<b>10/08/17</b>
15											
16	<b>VALOR DA PRESTAÇÃO NORMAL - TRANSFERIDO PARA EFEITO DE LIQUIDAÇÃO</b>										
17	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>VALOR</b>	<b>DATA</b>		<b>ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO</b>			<b>VALOR</b>	<b>PAGO</b>	
18	<b>das</b>	<b>DA TRANS-</b>	<b>TRANS-</b>	<b>DO</b>		<b>JUROS DE MORA</b>		<b>MULTA</b>		<b>A MAIOR/</b>	
19	<b>Prest.</b>	<b>FERÊNCIA</b>	<b>FERIDO</b>	<b>PAGTº</b>	<b>Dias</b>	<b>%</b>	<b>VALOR</b>	<b>2%</b>	<b>A PAGAR</b>	<b>PAGO</b>	<b>A MENOR</b>
20	01/60	20/10/13	632,65	20/10/13	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
21	02/60	20/11/13	632,65	20/11/13	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
22	03/60	20/12/13	632,65	20/12/13	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
23	04/60	20/01/14	632,65	20/01/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
24	05/60	20/02/14	632,65	20/02/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
25	06/60	20/03/14	632,65	20/03/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
26	07/60	20/04/14	632,65	20/04/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
27	08/60	20/05/14	632,65	20/05/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
28	09/60	20/06/14	632,65	20/06/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
29	10/60	20/07/14	632,65	20/07/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
30	11/60	20/08/14	632,65	20/08/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
31	12/60	20/09/14	632,65	20/09/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
32	13/60	20/10/14	632,65	20/10/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
33	14/60	20/11/14	632,65	20/11/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62

PLANILHA Nº 03  
EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS  
(JUROS COMPOSTOS X JUROS SIMPLES)


	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
17	Nº	DATA	VALOR	DATA		ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO				VALOR	PAGO
18	das	DA TRANS-	TRANS-	DO		JUROS DE MORA		MULTA			A MAIOR/
19	Prest.	FERÊNCIA	FERIDO	PAGTº	Dias	%	VALOR	2%	A PAGAR	PAGO	A MENOR
34	15/60	20/12/14	632,65	20/12/14	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
35	16/60	20/01/15	632,65	20/01/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
36	17/60	20/02/15	632,65	20/02/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
37	18/60	20/03/15	632,65	20/03/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
38	19/60	20/04/15	632,65	20/04/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
39	20/60	20/05/15	632,65	20/05/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
40	21/60	20/06/15	632,65	20/06/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
41	22/60	20/07/15	632,65	20/07/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
42	23/60	20/08/15	632,65	20/08/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
43	24/60	20/09/15	632,65	20/09/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
44	25/60	20/10/15	632,65	20/10/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
45	26/60	20/11/15	632,65	20/11/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
46	27/60	20/12/15	632,65	20/12/15	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
47	28/60	20/01/16	632,65	20/01/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
48	29/60	20/02/16	632,65	20/02/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
49	30/60	20/03/16	632,65	20/03/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
50	32/60	20/04/16	632,65	20/04/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
51	32/60	20/05/16	632,65	20/05/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
52	33/60	20/06/16	632,65	20/06/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
53	34/60	20/07/16	632,65	20/07/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
54	35/60	20/08/16	632,65	20/08/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
55	36/60	20/09/16	632,65	20/09/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
56	37/60	20/10/16	632,65	20/10/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
57	38/60	20/11/16	632,65	20/11/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
58	39/60	20/12/16	632,65	20/12/16	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
59	40/60	20/01/17	632,65	20/01/17	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
60	41/60	20/02/17	632,65	20/02/17	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
61	42/60	20/03/17	632,65	20/03/17	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
62	43/60	20/04/17	632,65	20/04/17	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
63	44/60	20/05/17	632,65	20/05/17	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62

PLANILHA Nº 03  
EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS  
(JUROS COMPOSTOS X JUROS SIMPLES)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
17	Nº	DATA	VALOR	DATA	▲	ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO				VALOR	PAGO
18	das	DA TRANS-	TRANS-	DO	▲	JUROS DE MORA		MULTA			A MAIOR/
19	Prest.	FERÊNCIA	FERIDO	PAGTº	Dias	%	VALOR	2%	A PAGAR	PAGO	A MENOR
64	45/60	20/06/17	632,65	20/06/17	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
65	46/60	20/07/17	632,65	20/07/17	0	0,0000%	-	-	632,65	860,27	227,62
66			29.101,91						29.101,91	39.572,42	10.470,51
67	PARCELAS VINCENDAS - 47/60 a 60/60										
68				DATA	▲	DESCONTO PARA ANTECIPAÇÃO					
69				BASE	Dias	%	R\$		A PAGAR		
70	47	20/08/17	632,65	10/08/17	-10	-0,7616%	(4,82)	-	627,83		
71	48	20/09/17	632,65	10/08/17	-41	-3,0858%	(19,52)	-	613,13		
72	49	20/10/17	632,65	10/08/17	-71	-5,2833%	(33,42)	-	599,23		
73	50	20/11/17	632,65	10/08/17	-102	-7,5016%	(47,46)	-	585,19		
74	51	20/12/17	632,65	10/08/17	-132	-9,5989%	(60,73)	-	571,92		
75	52	20/01/18	632,65	10/08/17	-163	-11,7162%	(74,12)	-	558,53		
76	53	20/02/18	632,65	10/08/17	-194	-13,7839%	(87,20)	-	545,45		
77	54	20/03/18	632,65	10/08/17	-222	-15,6098%	(98,76)	-	533,89		
78	55	20/04/18	632,65	10/08/17	-253	-17,5863%	(111,26)	-	521,39		
79	56	20/05/18	632,65	10/08/17	-283	-19,4549%	(123,08)	-	509,57		
80	57	20/06/18	632,65	10/08/17	-314	-21,3414%	(135,02)	-	497,63		
81	58	20/07/18	632,65	10/08/17	-344	-23,1249%	(146,30)	-	486,35		
82	59	20/08/18	632,65	10/08/17	-375	-24,9253%	(157,69)	-	474,96		
83	60	20/09/18	632,65	10/08/17	-406	-26,6837%	(168,81)	-	463,84		
84			8.857,10				(1.268,19)	-	7.588,91		
85											
86	João Pessoa (PB), 10 de agosto de 2017										
87											



PLANILHA Nº 04  
ATUALIZAÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	<b>DEMONSTRATIVO DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES COBRADOS A MAIOR E A SEREM COMPENSADOS/DEVOLVIDOS:</b>										
2	<b>BANCO:</b>	GMAC									
3	<b>CLIENTE</b>	L. G. O.									
4	<b>CONTRATO:</b>	760783								<b>DATA BASE:</b>	<b>10/08/17</b>
5	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>VALOR</b>	<b>DATA</b>		<b>ENCARGOS DE ATUALIZAÇÃO</b>				<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>
6	<b>das</b>	<b>DO</b>	<b>PAGO</b>	<b>DA</b>		<b>JRS REMUNERATÓRIOS</b>		<b>JRS COMPENSATÓRIOS</b>		<b>TOTAL</b>	<b>A</b>
7	<b>Prest.</b>	<b>PAGTº</b>	<b>A MAIOR</b>	<b>ATUAL.</b>	<b>Dias</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>	<b>TOTAL</b>	<b>COMP/DEV</b>
8	01/60	20/10/13	455,24	10/08/17	1390	189,40%	862,24	189,40%	862,24	1.724,48	2.179,72
9	02/60	20/11/13	455,24	10/08/17	1359	182,63%	831,39	182,63%	831,39	1.662,77	2.118,01
10	03/60	20/12/13	455,24	10/08/17	1329	176,22%	802,21	176,22%	802,21	1.604,43	2.059,67
11	04/60	20/01/14	455,24	10/08/17	1298	169,75%	772,76	169,75%	772,76	1.545,52	2.000,76
12	05/60	20/02/14	455,24	10/08/17	1267	163,43%	744,00	163,43%	744,00	1.488,00	1.943,24
13	06/60	20/03/14	455,24	10/08/17	1239	157,85%	718,60	157,85%	718,60	1.437,21	1.892,45
14	07/60	20/04/14	455,24	10/08/17	1208	151,81%	691,11	151,81%	691,11	1.382,22	1.837,46
15	08/60	20/05/14	455,24	10/08/17	1178	146,10%	665,12	146,10%	665,12	1.330,24	1.785,48
16	09/60	20/06/14	455,24	10/08/17	1147	140,34%	638,88	140,34%	638,88	1.277,76	1.733,00
17	10/60	20/07/14	455,24	10/08/17	1117	134,89%	614,07	134,89%	614,07	1.228,14	1.683,38
18	11/60	20/08/14	455,24	10/08/17	1086	129,39%	589,03	129,39%	589,03	1.178,05	1.633,29
19	12/60	20/09/14	455,24	10/08/17	1055	124,02%	564,57	124,02%	564,57	1.129,14	1.584,38
20	13/60	20/10/14	455,24	10/08/17	1025	118,94%	541,45	118,94%	541,45	1.082,89	1.538,13
21	14/60	20/11/14	455,24	10/08/17	994	113,81%	518,10	113,81%	518,10	1.036,21	1.491,45
22	15/60	20/12/14	455,24	10/08/17	964	108,96%	496,03	108,96%	496,03	992,07	1.447,31
23	16/60	20/01/15	455,24	10/08/17	933	104,07%	473,75	104,07%	473,75	947,51	1.402,75
24	17/60	20/02/15	455,24	10/08/17	902	99,29%	452,00	99,29%	452,00	903,99	1.359,23
25	18/60	20/03/15	455,24	10/08/17	874	95,07%	432,78	95,07%	432,78	865,56	1.320,80
26	19/60	20/04/15	455,24	10/08/17	843	90,50%	411,98	90,50%	411,98	823,97	1.279,21
27	20/60	20/05/15	455,24	10/08/17	813	86,18%	392,32	86,18%	392,32	784,64	1.239,88
28	21/60	20/06/15	455,24	10/08/17	782	81,82%	372,47	81,82%	372,47	744,94	1.200,18
29	22/60	20/07/15	455,24	10/08/17	752	77,70%	353,70	77,70%	353,70	707,40	1.162,64
30	23/60	20/08/15	455,24	10/08/17	721	73,53%	334,76	73,53%	334,76	669,51	1.124,75
31	24/60	20/09/15	455,24	10/08/17	690	69,47%	316,25	69,47%	316,25	632,51	1.087,75
32	25/60	20/10/15	455,24	10/08/17	660	65,63%	298,76	65,63%	298,76	597,52	1.052,76
33	26/60	20/11/15	455,24	10/08/17	629	61,75%	281,10	61,75%	281,10	562,20	1.017,44
34	27/60	20/12/15	455,24	10/08/17	599	58,08%	264,41	58,08%	264,41	528,81	984,05
35	28/60	20/01/16	455,24	10/08/17	568	54,38%	247,55	54,38%	247,55	495,10	950,34
36	29/60	20/02/16	455,24	10/08/17	537	50,76%	231,09	50,76%	231,09	462,18	917,42
37	30/60	20/03/16	455,24	10/08/17	508	47,46%	216,04	47,46%	216,04	432,08	887,32
38	32/60	20/04/16	455,24	10/08/17	477	44,00%	200,32	44,00%	200,32	400,64	855,88
39	32/60	20/05/16	455,24	10/08/17	447	40,74%	185,46	40,74%	185,46	370,91	826,15
40	33/60	20/06/16	455,24	10/08/17	416	37,44%	170,45	37,44%	170,45	340,90	796,14
41	34/60	20/07/16	455,24	10/08/17	386	34,33%	156,26	34,33%	156,26	312,53	767,77
42	35/60	20/08/16	455,24	10/08/17	355	31,18%	141,94	31,18%	141,94	283,88	739,12
43	36/60	20/09/16	455,24	10/08/17	324	28,11%	127,96	28,11%	127,96	255,91	711,15

PLANILHA Nº 04  
ATUALIZAÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
5	Nº	DATA	VALOR	DATA	▲	ENCARGOS DE ATUALIZAÇÃO				TOTAL	TOTAL
6	das	DO	PAGO	DA		JRS REMUNERATÓRIOS	JRS COMPENSATÓRIOS			TOTAL	A
7	Prest.	PAGTº	A MAIOR	ATUAL.	Dias	%	R\$	%	R\$		COMP/DEV
44	37/60	20/10/16	455,24	10/08/17	294	25,20%	114,73	25,20%	114,73	229,46	684,70
45	38/60	20/11/16	455,24	10/08/17	263	22,27%	101,38	22,27%	101,38	202,77	658,01
46	39/60	20/12/16	455,24	10/08/17	233	19,50%	88,76	19,50%	88,76	177,52	632,76
47	40/60	20/01/17	455,24	10/08/17	202	16,70%	76,02	16,70%	76,02	152,04	607,28
48	41/60	20/02/17	455,24	10/08/17	171	13,97%	63,58	13,97%	63,58	127,16	582,40
49	42/60	20/03/17	455,24	10/08/17	143	11,55%	52,59	11,55%	52,59	105,18	560,42
50	43/60	20/04/17	455,24	10/08/17	112	8,94%	40,70	8,94%	40,70	81,39	536,63
51	44/60	20/05/17	455,24	10/08/17	82	6,47%	29,45	6,47%	29,45	58,90	514,14
52	45/60	20/06/17	455,24	10/08/17	51	3,98%	18,10	3,98%	18,10	36,20	491,44
53	46/60	20/07/17	455,24	10/08/17	21	1,62%	7,37	1,62%	7,37	14,74	469,97
54			<b>20.941,02</b>				<b>16.703,61</b>		<b>16.703,61</b>	<b>33.407,22</b>	<b>54.348,24</b>
55											
56	João Pessoa (PB), 10 de agosto de 2017										
57											
58											

## SINTESE DO RECÁLCULO

<b>BANCO:</b>	GMAC	
<b>CLIENTE</b>	L. G. O.	
<b>CONTRATO:</b>	760783	
<b>VLR DO VEÍCULO</b>	R\$ 30.240,00	
<b>ENTRADA</b>	R\$ 4.000,00	
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	R\$ 26.240,00	
<b>TAR. CADASTRO</b>	R\$ 490,00	
<b>OUTROS</b>	R\$ 350,00	
<b>DESPESAS</b>	R\$ 135,00	
<b>IOF</b>	R\$ 502,28	NÃO FINANCIADO
<b>VALOR DO FINAN.</b>	<b>R\$ 27.215,00</b>	
<b>JUROS:</b>	2,32% a. m. ou 31,6820% a. a.	- TAXA CONTRATADA: 2,40% ou 32,90%
<b>PRAZO:</b>	60 MESES	
<b>PARCELA:</b>	R\$ 860,27	

**R\$ 54.348,24** Valor da prestação paga a maior, devidamente atualizada

**R\$ 485,00** Valor pago de com "Outros e Despesas" até a 46ª parcela

**R\$ 0,00** Parcelas **VENCIDAS** a serem compensadas

**R\$ 7.588,91** Parcelas **VINCENDAS** a serem compensadas -47/60 a 60/60

**R\$ 47.244,33** *Saldo CREDOR em favor da cliente*

**CONCLUSÃO:** *A compensação dos valores pagos a maior pela soma das parcelas vincendas QUITA O CONTRATO DE FINANCIAMENTO e ainda gera saldo credor a favor do cliente de R\$ 47.244,33, considerando repetição de Indébito em Dobro. (Art. 42 CDC, Parágrafo Único)*

João Pessoa (PB), 10 de agosto de 2017

**ANEXO**

<b>CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA – REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL</b>	
<b>S E Ç Ã O</b>	<b>2 – A profissão de economista – o acesso à profissão e o campo profissional</b>
	<b>2.3 – O campo profissional do economista</b>
	<b>2.3.1 – As atividades desempenhadas pelo economista</b>
Normas originais	Res. 1717/2004; Res. 1612/1995; Res. 1554/1987; Res. 1536/1986; Res. 860/1974; Res. 875/1974; Res. 1377/1978; Res. 928/1974; Res. 1728/2004
Resolução de implantação	Anexo III à Resolução 1.737/2004
Atualizações	Anexo I à Resolução 1.753/2004; Anexo VII à Resolução 1.768/2006; Anexo V à Resolução nº 1.790/2007

1 - A atividade profissional do economista exercita-se em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico (*Decreto 31794/52, art. 3º*).

1.1 - A presente seção descreve o conteúdo das tarefas compreendidas no campo profissional do economista, caracterizando os serviços técnicos de Economia e Finanças. As diferentes modalidades, instrumentos e vínculos pelos quais poderão ser executadas tais tarefas estão descritas na seção 2.3.3 seguinte.

2 – Inserem-se entre as atividades inerentes à profissão de Economista:

- a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia.
- i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- j) Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação; (*incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015*)
- ~~k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica, mediação e arbitragem, em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação; (*revogado pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015*)~~
- l) análise financeira de investimentos;
- m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;

- n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
- o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;
- p) formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais;
- q) economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;
- r) certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;
- s) regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;
- t) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros.
- u) consultoria econômico-financeira independente. (incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014)
- v) atuação no campo da economia solidária, objeto da ação do Conselho Nacional de Economia Solidária, criado pela Lei nº 10.683/2003, em seu artigo 30/XIII, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem as suas competências expressas no artigo 24 do Decreto nº 4.764/2003. (incluído pela Resolução nº 1.933, de 1.06.2015)
- w) atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa, objeto da ação do Ministério da Cultura, conforme competências expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012. (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)
- ~~w) atuação no campo da economia criativa, objeto da ação da Secretaria de Economia Criativa – SEC do Ministério da Cultura, que tem as suas competências expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012. (revogado pela Resolução nº 1.942, de 30.11.2015).~~
- x) arbitragem e mediação. (incluído pela Resolução nº 1.944 de 30.11.2015)

3 – Em detalhamento das atividades listadas no item 2 acima, o campo profissional do economista desdobra-se em:

#### 3.1 – Perícias judiciais e extrajudiciais:

- a) A perícia econômica ou econômico-financeira consiste em exame, vistoria ou avaliação para constatação minuciosa dos fatos de natureza técnico-científica em qualquer matéria inerente ao campo profissional do economista, podendo ser desenvolvida tanto em processos judiciais, mediante determinação de autoridade judicial competente (arts. 145 e 421 do Código de Processo Civil, Lei 5869/73) quanto extrajudicialmente, por solicitação de qualquer pessoa ou autoridade administrativa.
- b) Pelo seu próprio conteúdo técnico, a perícia econômica ou econômico-financeira inclui os cálculos financeiros para liquidação de sentenças e para os diversos fins no processo judicial.
- c) O amparo legal da atuação do economista em perícias judiciais e extrajudiciais reside no art. 14 da Lei 1411/51, regulamentado pelos arts. 3º, 4º e 7º do Decreto 31794/52.  
(Precedentes: Superior Tribunal de Justiça, 3ª Turma, Recurso Especial 2002.00575493/SP, DJU 10/03/2003; TRF 1ª Região, 7ª Turma, Apelação cível 2001.38.00.011629-6/MG, DJU 25/06/2004).

### 3.2 – Avaliações:

- a) A avaliação é o ato de fixação do valor de um bem ou de um direito a partir da aplicação de critérios técnicos de natureza econômica e financeira.

### 3.3 – Arbitramentos:

~~a) O arbitramento ou arbitragem é a solução de litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis e submetidos voluntariamente pelas partes a um terceiro habilitado, regulamentada pela Lei 9307/1996 e alterações subsequentes;~~

~~b) o arbitramento ou arbitragem faz-se mediante mútua, livre e expressa aceitação pelas partes da sua aplicação, da pessoa ou pessoas dos árbitros, das regras de direito aplicáveis (podendo basear-se nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio, ficando ressalvada a manutenção dos costumes e da ordem pública);~~

~~c) o exercício da função de árbitro em qualquer matéria ou assunto do campo profissional do economista representa serviço técnico-profissional tal como definido nesta consolidação;~~

~~d) a arbitragem exercida nos termos da Lei 9307/1996 por parte do economista não exclui a aplicação da regulamentação profissional contida nesta consolidação, sempre que não conflitem com os dispositivos daquela Lei e, em seus termos, da respectiva convenção de arbitragem. (revogado pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)~~

### 3.3 – Auditoria:

a) a auditoria de natureza econômico-financeira, integrante do campo profissional do economista, abrange as atividades de Auditoria Interna e Externa, em especial as Auditorias de Gestão, de Programas, Operacional, de Informática, Gestional e ainda aquelas que envolvam aspectos econômicos, financeiros e patrimoniais, nos setores público e privado.

b) A atividade de Auditoria Externa representa um serviço destinado a que um profissional técnico avalie uma determinada matéria ou informação, que é responsabilidade de outra parte, mediante o uso de critérios adequados e identificáveis, com o fim de expressar uma conclusão que transmita a um terceiro destinatário um certo nível de confiança compatível com os dados disponíveis, com a técnica das Ciências Econômicas e com as circunstâncias do encargo.

c) A atividade de Auditoria Interna é uma atividade de avaliação independente, dentro da organização da qual faz parte, tendo por objetivo o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dessa organização; de seus sistemas de controle, registro, análise e informação e do desempenho das áreas em relação aos planos, metas e objetivos organizacionais.

d) Não se incluem no campo profissional do economista a atividade a que se refere o art. 177 da Lei 6404/74, bem como outros encargos de auditoria que digam respeito unicamente à avaliação da regularidade de uma determinada escrituração frente às normas contábeis.

e) A direção ou chefia das unidades de auditoria de órgãos, entidades públicas ou privadas, bem como os cargos comissionados e funções de confiança em que se desenvolvam as atividades de auditoria retro mencionadas, poderão ser exercidas por Economista, devidamente registrado no Conselho Regional de Economia.

f) Ao Economista, devidamente registrado no Conselho Regional de Economia, é assegurada a oportunidade e o direito de inscrever-se e participar em concurso público para cargos de auditor.

g) os fundamentos conceituais desta regulamentação da atividade de auditoria pelos economistas, assim como os procedimentos específicos de comprovação de aptidão perante terceiros, encontram-se na Nota Técnica 4 desta consolidação.

3.3.1 – O disposto na alínea ‘d’ deste subitem 3.3 não prejudica a inserção da análise dos demonstrativos financeiros e contábeis como parte integrante do campo profissional do economista, nem a utilização das referidas peças como fonte de informação e insumo para o raciocínio econômico em qualquer das atividades que constituem o campo profissional definido neste capítulo 2.3.1.

3.4 – Planejamento, projeção e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos de qualquer natureza: abrangem atividades tais como:

- a) Estudos preliminares de implantação, localização, dimensionamento alocação de fatores, análise e pesquisa de mercado;
- b) Orçamentos e estimativas, bem como fixação de custos, preços, tarifas e quotas;
- c) Fluxo de caixa;
- d) Viabilidade econômica, otimização, apuração de lucratividade, rentabilidade, liquidez e demonstrativo de resultados;
- e) Organização;
- f) Tudo o mais que integre planos, projetos e programas de investimentos e financiamentos.

3.4.1 – Os estudos de viabilidade e demais análises econômico-financeiras apresentados aos agentes financeiros públicos e privados devem ser subscritos pelos economistas responsáveis, com a indicação do número de inscrição no CORECON competente.

3.4.2 – Dentre os estudos e projetos econômico-financeiros exigidos por legislação específica e incluídos no campo profissional do economista, estão:

- a) Na participação de instituições financeiras na subscrição ou intermediação da emissão de debêntures ou obrigações ao portador ou nominativas endossáveis com cláusula de correção monetária por parte de sociedades por ações, de que trata o art. 26 da Lei 4782/65: a análise técnica e econômico-financeira da empresa emissora e do projeto a ser financiado com os recursos da emissão, que deve ser realizada pela instituição financeira (§ 2º alínea ‘b’ do mencionado artigo);
- b) No registro prévio de companhia na Comissão de Valores Mobiliários – CVM para negociação em Bolsas de Valores ou no mercado de balcão de valores mobiliários por ela emitidos (art. 1º da Instrução CVM 202/93): o “tudo de viabilidade econômico-financeira do projeto, indicando, inclusive, os fatores de risco envolvidos no empreendimento, elaborado em data que anteceder em até três meses a entrada do pedido na CVM”, exigido para companhias em fase pré-operacional, nos termos do art. 7º inciso XIII da mesma instrução.



- c) No funcionamento dos departamentos técnicos para a realização de "operações a preços fixos" em instituições financeiras previamente habilitadas no Banco Central para realização de "operações a preços fixos" (compromissos de recompra ou compra e de revenda ou venda de títulos de renda fixa negociados no mercado de capitais), nos termos da Resolução 366/76 do Conselho Monetário Nacional, inciso III, art. 7º.

3.5 - Estudos, análises e pareceres pertinentes a Macro e Micro Economia: abrangem atividades tais como:

- a) Planos, projetos, programas, acordos e tratados.
- b) Contas nacionais, produto e rendas nacionais, renda familiar e "Per Capita".
- c) Oferta e procura, mercados – produtores, revendedores e consumidores – Política Econômico Financeira nos setores primário, secundário e terciário.
- d) Política econômico-financeira de importação e exportação, balança comercial, balanço de pagamentos e política cambial.
- e) Desenvolvimento e crescimento econômico e social.
- f) Conjuntura, tendências, variações sazonais, ciclos e flutuações.
- g) Valor e Formação de Preços, Custos e Tarifas.
- h) Produtividade, lucratividade, rentabilidade, eficiência marginal do capital e liquidez.
- i) Políticas monetária, econômico-financeira, tributária e aduaneira inclusive incentivos.
- j) Mercados financeiros e de capitais, investimentos, poupança, moeda e crédito, financiamentos, operações financeiras e orçamentos.
- k) Ocupação, emprego, política salarial, custo de vida, mercado de trabalho e de serviços.
- l) Formas de associação econômica, política empresarial, situações patrimoniais, fusão, incorporação, cisão, liquidação e transformação de empresas, abertura, emissões, reduções, reinversões de capital, capitalização de recursos e distribuição de resultados.
- m) Depreciação, amortização e correção monetária, ajustes por ganhos ou perdas decorrentes de fatores de mercado e outras circunstâncias.
- n) Estratégia de vendas, canais de distribuição/divulgação, inversões em propaganda e "royalties", política de estoques e manutenção do capital de giro.
- o) Teorias, doutrinas e correntes ideológicas de fundo econômico e econômico-social.
- p) Tudo o mais que diz respeito à Economia e Finanças, à exequibilidade, rendimentos e resultados econômicos de unidades político-administrativas, mercados comuns, uniões alfandegárias ou quaisquer conglomerados ou associações, empreendimentos e negócios em geral.

3.6 – Empresas e organizações não-financeiras:

- a) Dentre as pessoas jurídicas que exercem os serviços técnicos de Economia e Finanças descritos no item 1 acima e sujeitas a registro nos CORECONs, incluem-se

as sociedades e outras pessoas jurídicas organizadas para prestação de serviços técnicos e científicos de natureza econômico-financeira, abrangendo, entre outras as atividades abaixo caracterizadas:

a.1 - estudos ou diagnósticos de natureza global, regional ou setorial, com base em investigações que identifiquem elementos para fins de análise econômico-financeira;

a.2 - elaboração de políticas, planos, programas ou projetos de natureza econômico-financeira;

a.3 - realização de levantamentos de natureza qualitativa e quantitativa, para fins de análise econômico-financeira;

a.4 - estudos de viabilidade econômico-financeira;

a.5 - estudos e projeções de mercado de bens e serviços, compreendendo: investigações sobre estrutura da oferta (oferta interna e importações) e da demanda (demanda interna e exportações);

a.6 - estudos dos mercados financeiros e de capitais, tais como: análises da intermediação financeira; pesquisas sobre concentração financeira (conglomerados financeiros); investigações sobre formação e estrutura das taxas de juros; análises do comportamento da poupança financeira, do crédito, da oferta monetária; pesquisas sobre ativos financeiros (haveres monetários e não-monetários); outros estudos sobre mercados financeiros e de capitais;

a.7 - estudos dos mercados de câmbio financeiro e comercial;

a.8 - estudos econômico-financeiros em geral, compreendendo: análises do processo de formação de preços de recursos econômicos; análises de carteira ("portfolio") de investimentos; elaboração de perfis setoriais ou de mercado para fins de determinação de oportunidades de investimento; estudos econômico-financeiros sobre inovações técnicas (de processos ou de produtos); outros estudos de economia empresarial;

a.9 - perícias, laudos ou arbitragens de natureza econômico-financeira;

a.10 - outras atividades de assessoria ou de consultoria de natureza econômico-financeira.

### 3.7 – Cooperativas de trabalho:

a) As cooperativas de trabalho que prestarem a clientes quaisquer dos serviços inerentes ou privativos à profissão de economista estão igualmente sujeitos a registro, por aplicação direta do princípio da atividade principal estabelecido na Lei 6839/80.

3.8 – Instituições financeiras: Aplicam-se as regras deste subitem a definição da exigibilidade ou não do registro dos diversos tipos de instituições financeiras. A fundamentação detalhada das razões para a exigência ou não de registro pode ser encontrada na Nota Técnica 2 desta consolidação.

3.8.1 – Empresas de fomento mercantil ou “factoring” (Resolução CMN 2.144/95 e art. 14 inc. VI da Lei 9718/98):

Se o objeto social da empresa: se incluir somente o comércio de direitos creditórios ou recebíveis (o que é a situação mais comum entre esse tipo de

empresa, notadamente as de pequeno e médio portes), o registro deve ser dispensado.

Se o objeto social da empresa incluir qualquer das modalidades de “*assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber*”, ou se fizer remissão genérica às atividades descritas pelo art. 14 inc. VI da Lei 9718/98, caracteriza-se a exigibilidade do registro.

Precedentes: TRF 1ª Região, 6ª Turma, Remessa Ex-officio 199738000013461, DJU 25/08/2003

3.8.2 - Empresas que tenham como objetivo a realização em nome próprio e por conta própria de transações de comércio exterior (“trading companies”) e empresas de assessoria em comércio exterior:

As Empresas Comerciais Exportadoras detentoras do Registro Especial regulado pelo Comunicado DECEX nº 2, de 06.05.99 e que exercem as atividades mencionadas no Decreto-Lei 1248/1972 (denominadas *trading companies*) não estão, por esse motivo, sujeitas a registro

(precedentes: Tribunal Federal de Recursos, 6ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 05465052, DJU 19/12/84; TRF 1ª Região, 1ª Turma Suplementar, Remessa *Ex-Officio* 199301267055/RO, DJU 15/10/2001; TRF 1ª Região, 4ª Turma, Apelação Cível 199401356424/MG, DJU 25/06/1999; TRF 2ª Região, 2ª Turma, Apelação Cível 199702197252/RJ, DJU 10/06/2003) .

As demais empresas que tenham como objeto social a aplicação em benefício de terceiros, como assessores ou consultores, dos conhecimentos especializados em comércio exterior estão sujeitas a registro.

3.8.3 – Companhias hipotecárias (Resolução CMN 2122/1994):

Estão sujeitas a registro, em decorrência do disposto nos incisos III e IV do art. 3º da Resolução CMN 2122/1994.

(precedentes: Apelação em Mandado de Segurança 91.01.02588-0/MG, TRF 1ª Região, 4ª Turma, DJU 19/08/91; Apelação em Mandado de Segurança 84.01.02840-MT. Tribunal Federal de Recursos, 4ª Turma, DJU 26/04/84; Apelação em Mandado de Segurança 83.00.98190-SP. Tribunal Federal de Recursos, 6ª Turma, DJU 12/08/83)

3.8.4 - Bancos comerciais e bancos múltiplos sem carteira de investimento a entidade enquadrada como Banco Comercial (enquadramento genérico do art. 17 da Lei 4595/64, voltado seu objeto social à simples captação de depósitos de terceiros e realização de empréstimos) não está sujeita a registro, conforme já decidido em caráter definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 97 do Superior Tribunal de Justiça).

O Banco Múltiplo que não possua carteira de banco de investimento igualmente não se enquadra entre as entidades sujeitas a registro, pois nenhuma de suas carteiras terá essa característica (Resolução CMN 2099/1994, art. 7º )

3.8.5 - Bancos de Investimentos, bancos múltiplos com carteira de banco de investimento(Resolução CMN 2624/1999, art. 1º ):

Estão sujeitos a registro, por força do ‘caput’ e especialmente incisos IV e VI do parágrafo segundo do art. 1º da Resolução CMN 2624/1999

(precedentes: Tribunal Federal de Recursos, 5ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 89936/RJ, DJU 26.02.82; TRF 2ª Região, 1ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 91.02.00236-1/ES, DJU 28/05/91; TRF

2ª Região, 2ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 89.02.2340-0/RJ, DJU 28/11/89, em caráter geral; TRF 4ª Região, 3ª Turma, Apelação Cível 89.04.18104-6/PR, DJU 19/06/91; TRF 2ª Região, 1ª Turma, Apelação Cível 9002051190/RJ, DJU 28/12/90 especificamente para bancos de investimentos).

O Banco Múltiplo que possua carteira de banco de investimento igualmente está sujeito a registro, pois seu objeto social englobará, por via da carteira de banco de investimento (Resolução CMN 2099/1994, art. 7º), a prestação de serviços a terceiros inseridos no campo profissional do economista.

3.8.6 - Sociedades de crédito imobiliário (Resolução CMN 2735/2000):

Não estão sujeitas a registro

(Precedente: TRF 1ª Região, 3ª Turma, Apelação Cível 199301193400/MG, DJU 20/03/1998).

3.8.7 - Bancos cooperativos

Esta designação compreende bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas de crédito, submetendo-se em todos os aspectos operacionais à legislação sobre aqueles tipos de instituição (Resolução 2788/2000, art.4). Assim, a avaliação sobre a exigibilidade do registro dessas instituições deverá utilizar o critério de enquadramento do banco comercial ou do banco múltiplo que cada banco cooperativo representar em sua operação concreta..

3.8.8 - Agências de fomento (Resolução CMN 2828/2001)

Estão sujeitas a registro, por força dos incisos III e IV do art. 3º acima da Resolução CMN 2828/2001.

(precedentes: Apelação em Mandado de Segurança 91.02.00236-1/ES, TRF 2ª Região, 1ª Turma, DJU 28/05/91)

3.8.9 - Bancos de Desenvolvimento, Bancos comerciais com carteira de Desenvolvimento e BNDES (Resolução CMN 394/1996; Decreto 104/1991)

Em que pese a aparente semelhança com as agências de fomento, a modalidade de banco de desenvolvimento não está sujeita a registro.

A existência de uma carteira de desenvolvimento num banco comercial, como previsto no art. 33 da Resolução CMN 394/1996, não acarreta por si só a exigibilidade de registro do banco comercial mantenedor.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social também não está sujeito a registro.

3.8.10 - Corretoras de Câmbio (Resolução CMN 1770/1990)

Estão sujeitas a registro, por força do art. 1º e especialmente no art.. 9º da Resolução CMN 1770/1990

(precedentes: Apelação em Mandado de Segurança 91.02.00236-1/ES, TRF 2ª Região, 1ª Turma, DJU 28/05/91)

3.8.11 - Empresas de arrendamento mercantil ("*leasing*") e bancos múltiplos com carteira de arrendamento mercantil (Resolução CMN 2309/1996):

As empresas que têm por objeto social a modalidade de arrendamento mercantil ou *leasing* não estão sujeitas a registro.

Pelo mesmo motivo, a existência de uma carteira de arredamento mercantil num banco comercial ou múltiplo (Resolução CMN 2099/1994, art. 7º), não acarreta por si só a exigibilidade de registro do banco comercial ou múltiplo

mantenedor.

Precedentes: Superior Tribunal de Justiça, 2ª Turma, Recurso Especial 199700002063/MG, DJU 08/03/2000; TRF 4ª Região, 4ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 200004010247051/PR, DJU 28/06/2000).

3.8.12 - Distribuidoras de títulos e valores mobiliários (Resolução CMN 1120/1986, alterada pela Resolução CMN 1656/1989):

Estão sujeitas a registro, em razão do constante no art. 2º incisos II, III, IV, VII, XII, XIV e XIII Resolução CMN 1120/1986, alterada pela Resolução CMN 1656/1989

(precedentes: Especificamente para as DTVMs, Súmula 96 do Tribunal Federal de Recursos, DJ 16.10/81; Superior Tribunal de Justiça, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 199100038520/RJ 2ª Turma, DJU 26/06/1991; para DTVM e CTVM: Apelação em Mandado de Segurança 89.02.0439-5/RJ, TRF 2ª Região, 2ª Turma, DJU 18/12/90; Apelação em Mandado de Segurança 90.02.01051-6/RJ, TRF 2ª Região, 2ª Turma; DJ 14/11/90; TRF 1ª Região, 4ª Turma, Remessa Ex-Officio 198901016818/DF, 18/06/90).

3.8.13 - Corretoras de títulos e valores mobiliários (Resolução CMN 1655/89):

Estão sujeitas a registro, em razão do constante no art. 2º incisos III, IV, V, VIII, IX, XII, XVI e XVIII da Resolução CMN 1655/89

(precedentes, para DTVM e CTVM: Tribunal Federal de Recursos, 2ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 110276/ES, DJU 12/03/87; TRF 2ª Região, 2ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 89.02.0439-5/RJ, DJU 18/12/90; TRF 2ª Região, 2ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 90.02.01051-6/RJ, DJ 14/11/90; TRF 1ª Região, 4ª Turma, Remessa Ex-Officio 198901016818/DF, 18/06/90).

3.8.14 - Cooperativas de Crédito (Resolução CMN 2771/2000):

Estas empresas não estão sujeitas a registro.

Precedentes: TRF 1ª Região, 3ª Turma, Remessa *Ex-officio* 1995.01.317544/GO, DJU 17/12/1999; TRF 4ª Região, 5ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança, 1994.04.136310/PR, DJU 28/03/1996; TRF 4ª Região, 3ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança, 1990.04.96639/PR, DJU 23/11/1993; TRF 4ª Região, 3ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança, 1990.04.078495/PR, DJU 21/08/1990).

3.8.15 - Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras) - Portaria MF 309/59:

Estas instituições não estão sujeitas a registro.

Precedentes: Superior Tribunal de Justiça, 2ª Turma, Recurso Especial 1993.00.213229/MG, DJU 12/08/96; Superior Tribunal de Justiça, 1ª Turma, Recurso Especial 1995.00.596547/BA, DJU 18/03/96; TRF 4ª Região, 3ª Turma, Apelação Cível, 1989.04.185599/SC, DJU 06/03/1990).

3.8.16 - Administradores de Carteira de Valores Mobiliários

Estão sujeitos a registro, por força do conteúdo de seu objetivo social especificado na Instrução CVM 306/99, art. 2º.

3.9 – Magistério: Configuram atribuições privativas dos Economistas, aos quais se referem a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, e o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, o magistério das disciplinas compreendidas no campo das Ciências Econômicas, em qualquer nível de ensino, inclusive no de pós-graduação, bem como a participação em bancas de exame e em comissões julgadoras de concursos, onde sejam aferidos conhecimentos relativos às Ciências Econômicas;

3.9.1 – Consideram-se disciplinas compreendidas no campo das Ciências Econômicas todas aquelas relacionadas aos trabalhos previstos no art. 1º da Resolução nº 860, de 02 de agosto de 1974, sem embargo de outras que, embora não diretamente vinculadas a tais trabalhos, tenham como principal finalidade a teoria ou a prática da Economia.

3.9.2 – É facultada aos bacharéis em Ciências Econômicas a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras de Estatística, de Economia e de Finanças, existentes em qualquer ramo de ensino técnico ou superior e nas dos cursos de ciências econômicas. (Lei 1411/51 Art. 5º)

3.10 – Analista de Relações Internacionais: O registro específico de Analista de Relações Internacionais a que se refere o item 8 do capítulo 2.1 desta consolidação permite a atuação do profissional de Relações Internacionais nas seguintes áreas:

- a) Criação, elaboração, análise de planos e programas internacionais de comércio e cooperação;
- b) Realização de estudos específicos de relações econômicas internacionais;
- c) Análise de dados e formulação de pesquisas que buscam o entendimento do sistema de relações econômicas internacionais;
- d) Acompanhamento das relações econômicas e do comércio internacional entre empresas públicas e privadas.

3.10.1 - São preservadas desta forma as atividades privativas do Economista, considerando que a formação superior do Bacharel em Relações Internacionais não lhe permite realizar as demais atividades privativas e inerentes à profissão descritas neste capítulo, em especial:

- a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas; e assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia.

3.11 - A dimensão sócio-econômica das políticas urbanas: ao economista cabem as atividades técnicas de análise, formulação e implementação da política urbana nos seus aspectos sócio-econômicos, em particular no que tange às diretrizes e instrumentos de política urbana definidos nos arts. 2º, 4º, 32, 36 e 37 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto das Cidades). Com maior detalhe, compreendem-se no campo profissional do economista:

I) o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

II) a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

III) a adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IV) a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

V) a adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

VI) a recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

VII) os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

VIII) o planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

IX) o planejamento municipal, em especial:

- a) plano diretor;
- b) plano plurianual;
- c) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- d) gestão orçamentária participativa;
- e) planos, programas e projetos setoriais;
- f) planos de desenvolvimento econômico e social;

X) os institutos tributários e financeiros vinculados à política urbana, em especial:

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
- b) contribuição de melhoria;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

XI) os institutos tributários e financeiros vinculados à política urbana em sua dimensão sócio-econômica e financeira, em especial:

- a) desapropriação;
- b) servidão administrativa;
- c) limitações administrativas;

- d) concessão de direito real de uso;
- e) concessão de uso especial para fins de moradia;
- f) operações urbanas consorciadas;

XII) o estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) previsto nos arts. 36 e 37 da Lei 10.257/2001.

3.12 - Economia mineral: A economia mineral é a área do conhecimento econômico responsável pela aplicação dos princípios, metodologias e do instrumental de análise e avaliação econômica e financeira à indústria de mineração, no que diz respeito a:

- I) Disponibilidade de recursos e reservas minerais - quantidade, qualidade, localização, avaliação econômica, preços e mercados;
- II) Suprimento e demanda - regional, nacional e internacional; oferta e demanda dos bens minerais
- III) Exploração, desenvolvimento, lavra, transporte, processamento e transformação - organização, logística, custos, investimentos e rentabilidade;
- IV) Elaboração, análise e avaliação de projetos relacionados ao meio mineral;
- V) Usos e mercados - competição, substituição, reciclagem, formação de preços, subprodutos, coprodutos;
- VI) Evolução tecnológica do setor mineral e seu impacto econômico;
- VII) Meio ambiente, exaustão de recursos e desenvolvimento sustentável;
- VIII) Fluxos financeiros, estrutura corporativa & planejamento estratégico das empresas e organizações do setor mineral;
- IX) Política mineral - formulação, análise, arcabouço legal, tributação, orçamento e custos.

3.13 A atividade de consultoria econômico-financeira independente poderá ser realizada tanto por pessoa física quanto por pessoa jurídica que detenha a responsabilidade da condição de preposto de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, podendo desenvolver as seguintes atividades: [\(incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014\)](#)

- I – estruturar projetos na área econômico-financeira, especialmente os dirigidos para o segmento acionário;
- II – efetuar análises de investimentos, recomendando aplicações junto ao segmento acionário;
- III – operar junto a Bolsa de Valores em seu nome e em nome de terceiros;
- IV – identificar clientes para aplicações no mercado de valores mobiliários;
- V – receber e registrar ordens de compra ou venda, transmitindo tais ordens para o sistema de negociação ou de registro cabíveis na forma da regulamentação própria;
- VI – prestar informações sobre o produto oferecido e sobre os serviços prestados pela instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pela qual tenha sido contratado;



VII – realizar as demais atividades privativas ao campo profissional do economista, bem como todas as outras necessárias para o fiel exercício da atividade de consultoria econômico-financeira.

3.13.1 O registro e o credenciamento para o exercício da atividade de consultoria econômico- financeira independente será concedido pelo Conselho Regional de Economia - Corecon da jurisdição à pessoa física ou à pessoa jurídica que atender aos seguintes requisitos: ([incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014](#))

I – para pessoa física:

- a) o registro em Corecon;
- b) ter sido devidamente qualificada pelos cursos realizados ou validados por qualquer Corecon;
- c) ter aderido ao código profissional exigido junto aos agentes autônomos de investimento;
- d) não estar inabilitado ou suspenso para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
- e) não haver sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, de suborno, contra a economia popular, contra a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação;
- f) não estar impedido de administrar seus bens ou deles dispor em razão de decisão judicial.

II – para pessoa jurídica:

- a) ter sede no Brasil;
- b) ser constituída como sociedade simples, adotando qualquer uma das formas permitidas pela legislação para tal fim;
- c) ter como objeto social o exercício da atividade de consultoria econômico-financeira independente;
- d) ter como sócias unicamente pessoas físicas, devidamente registradas no Corecon e que atendam aos mesmos requisitos do inciso I deste item 3.13.1, às quais será atribuído, com exclusividade, o exercício da atividade referida na alínea anterior, tendo, todas elas, responsabilidades solidárias perante terceiros;
- e) não possuir em seu quadro societário sócios de outras pessoas jurídicas constituídas regulamente para a mesma atividade econômica;
- f) possuir registro no Corecon.

3.13.2 Para o exercício da atividade de consultoria econômico-financeira independente, tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica deverá manter contrato escrito com uma ou mais instituições integrantes do sistema de distribuição de

valores mobiliários para prestação dos serviços relacionados no item 3.13.([incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014](#))

3.13.3 Para o exercício da atividade de consultoria econômico-financeira independente, tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica deverá, obrigatoriamente, manter ambiente de trabalho próprio, inadmitido o exercício da atividade nas dependências dos seus contratantes.([incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014](#))

3.13.4 O Corecon poderá suspender ou cancelar o credenciamento concedido à pessoa física ou à pessoa jurídica de consultoria econômico-financeira independente nos casos de:([incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014](#))

I – pedido formulado pelo próprio credenciado;

II – identificação de vícios ou falhas no processo de credenciamento;

III – perda de qualquer uma das condições necessárias para o credenciamento;

IV – aplicação de penalidades que importem em suspensão ou cancelamento de registro.

3.13.5 O consultor econômico-financeiro independente deverá, no exercício da atividade, respeitar todos os princípios éticos da profissão do economista, bem como os princípios e regras éticas que norteiam e regulamentam a atividade de agentes autônomos de investimentos. ([incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014](#))

3.13.6 No desempenho da atividade de consultoria econômico-financeira independente, tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica deverá observar as regras estabelecidas para os demais profissionais que atuam na instituição integrante do sistema de distribuição de sistema mobiliário pela qual tenha sido contratado. ([incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014](#))

3.13.7 É vedado ao Consultor Econômico Financeiro Independente: ([incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014](#))

I – atuar como preposto de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com a qual não tenha contrato para prestação de serviços;

II – ser procurador ou representante de clientes perante instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para quaisquer fins;

III – receber de clientes ou a eles entregar, por qualquer razão, títulos e valores mobiliários e outros ativos, inclusive numerário;

IV - delegar a terceiros, total ou parcialmente, a execução dos serviços que constituem objeto de contrato celebrado com a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pelo qual tenha sido contratado;

V – usar senhas ou assinaturas eletrônicas de uso exclusivo do cliente para transmissão de ordem por meio de sistema eletrônico.

3.14 A atuação do economista no campo da economia solidária inclui as seguintes atividades: ([incluído pela Resolução nº 1.933, de 1.06.2015](#))

I - elaboração e acompanhamento de projetos para os empreendimentos de economia solidária, objetivando captação de recursos para a sua viabilização,

em especial os destinados a investimento fixo, capital giro, capacitação e formação de recursos humanos;

II - elaboração e análise de diagnóstico sócio-econômico dos empreendimentos de economia solidária, abrangendo a elaboração da metodologia a ser utilizada, ferramentas de trabalho, aplicação, análise dos dados e formatação do relatório final;

III - assessoramento aos empreendimentos de economia solidária para captação e aplicação os recursos, buscando desenvolver junto aos beneficiados o plano de ação e utilização dos recursos, o acompanhamento da execução dos projetos e assessoramento no âmbito econômico-financeiro;

IV - exame de viabilidade econômica, incluída a análise de propostas de empreendimentos de economia solidária sob a ótica econômico-financeira, através de levantamento de dados, aplicação de formulários, visitas técnicas, permitindo uma melhor avaliação por parte dos executores;

V - avaliação de cadeias produtivas solidárias, incluído o diagnóstico econômico-financeiro de empreendimentos já implantados, observando aspectos econômicos, financeiros e mercadológicos, verificando toda a cadeia, de modo a identificar as dificuldades e aspectos críticos;

VI - avaliação de custos, preços e mercado, incluída a análise de preços praticados pelos empreendimentos solidários, de modo a garantir remuneração igualitária para os beneficiários, sustentabilidade para o empreendimento e preços de comercialização compatíveis com o mercado em que se inserem;

VII – assessoramento técnico e apoio na elaboração de políticas públicas de economia solidária, buscando envolver os potenciais beneficiários nas discussões relacionadas com a montagem daquelas políticas públicas;

VIII - assessoramento aos conselhos e fóruns de economia solidária no âmbito nacional, regional, estadual e municipal;

IX - apoio à constituição e ampliação de redes de comercialização solidária, através assessoramento direto, estudos de viabilidade, de modo a demonstrar as vantagens comparativas deste tipo de iniciativa para os seus participantes;

X – apoio às atividades produtivas de comunidades de saberes e culturas tradicionais, como indígenas, ciganos, quilombolas, comunidades rurais, dentre outras, compatibilizando as potencialidades locais com a viabilidade econômica financeira, garantindo renda para os participantes, através da auto gestão.

3.15 A atuação do economista no campo da economia da cultura e da economia criativa inclui as seguintes atividades: ([incluído pela Resolução nº 1.942, de 30.11.2015](#))

I - articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos;

II - elaboração e acompanhamento de projetos para os empreendimentos de economia criativa, objetivando captação de recursos para a sua viabilização, em especial os destinados a investimento fixo, capital de giro, capacitação e formação de recursos humanos;

I - articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa;

II - elaboração e acompanhamento de projetos para os empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa, objetivando captação de recursos para a sua viabilização, em especial os destinados a investimento fixo, capital de giro, capacitação e formação de recursos humanos;

III - elaboração e análise de diagnóstico socioeconômico dos empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa, abrangendo a elaboração da metodologia a ser utilizada, ferramentas de trabalho, aplicação, análise dos dados e formatação do relatório final;

IV - assessoramento aos empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa para captação e aplicação dos recursos, buscando desenvolver junto aos beneficiados o plano de ação e utilização dos recursos, o acompanhamento da execução dos projetos e assessoramento no âmbito econômico-financeiro;

V - exame de viabilidade econômica, incluída a análise de propostas de empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa sob a ótica econômico-financeira, por meio de levantamento de dados, aplicação de formulários, visitas técnicas, permitindo uma melhor avaliação por parte dos executores;

VI - avaliação de cadeias produtivas criativas, incluído o diagnóstico econômico-financeiro de empreendimentos já implantados, observando aspectos econômicos, financeiros e mercadológicos, verificando toda a cadeia, de modo a identificar as dificuldades e aspectos críticos;

VII - avaliação de custos, preços e mercado, incluída a análise de preços praticados pelos empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa, de modo a garantir remuneração igualitária para os beneficiários, sustentabilidade para o empreendimento e preços de comercialização compatíveis com o mercado em que se inserem;

VIII - assessoramento técnico e apoio na elaboração de políticas públicas de economia criativa, visando o estabelecimento de uma infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos, buscando envolver os potenciais beneficiários nas discussões relacionadas com a montagem daquelas políticas públicas;

IX - assessoramento aos conselhos e fóruns de economia da cultura e de economia criativa no âmbito nacional, regional, estadual e municipal, notadamente na criação ou adequação de marcos legais para os setores criativos;

X - apoio à constituição e ampliação de redes de comercialização cultural e criativa, através de assessoramento direto, estudos de viabilidade, de modo a demonstrar as vantagens comparativas deste tipo de iniciativa para os seus participantes;

XI - apoio, sob a forma de consultoria, nos termos do artigo 7º, “j”, da Lei nº 1.411/51, ao Ministério da Cultura, no tocante a execução das atribuições expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012.

~~3.15 A atuação do economista no campo da economia criativa inclui as seguintes atividades: (revogado pela Resolução nº 1.942, de 30.11.2015)~~

~~I – articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos;~~

~~II – elaboração e acompanhamento de projetos para os empreendimentos de economia criativa, objetivando captação de recursos para a sua viabilização, em especial os destinados a investimento fixo, capital de giro, capacitação e formação de recursos humanos;~~

~~III – elaboração e análise de diagnóstico socioeconômico dos empreendimentos de economia criativa, abrangendo a elaboração da metodologia a ser utilizada, ferramentas de trabalho, aplicação, análise dos dados e formatação do relatório final;~~

~~IV – assessoramento aos empreendimentos de economia criativa para captação e aplicação dos recursos, buscando desenvolver junto aos beneficiados o plano de ação e utilização dos recursos, o acompanhamento da execução dos projetos e assessoramento no âmbito econômico-financeiro;~~

~~V – exame de viabilidade econômica, incluída a análise de propostas de empreendimentos de economia criativa sob a ótica econômico-financeira, através de levantamento de dados, aplicação de formulários, visitas técnicas, permitindo uma melhor avaliação por parte dos executores;~~

~~VI – avaliação de cadeias produtivas criativas, incluído o diagnóstico econômico-financeiro de empreendimentos já implantados, observando aspectos econômicos, financeiros e mercadológicos, verificando toda a cadeia, de modo a identificar as dificuldades e aspectos críticos;~~

~~VII – avaliação de custos, preços e mercado, incluída a análise de preços praticados pelos empreendimentos criativos, de modo a garantir remuneração igualitária para os beneficiários, sustentabilidade para o empreendimento e preços de comercialização compatíveis com o mercado em que se inserem;~~

~~VIII – assessoramento técnico e apoio na elaboração de políticas públicas de economia criativa, visando o estabelecimento de uma infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos, buscando envolver os potenciais beneficiários nas discussões relacionadas com a montagem daquelas políticas públicas;~~

~~IX – assessoramento aos conselhos e fóruns de economia criativa no âmbito nacional, regional, estadual e municipal, notadamente na criação ou adequação de marcos legais para os setores criativos;~~

~~X – apoio à constituição e ampliação de redes de comercialização criativa, através de assessoramento direto, estudos de viabilidade, de modo a demonstrar as vantagens comparativas deste tipo de iniciativa para os seus participantes;~~

~~XI – apoio, sob a forma de consultoria, nos termos do artigo 7º, “j”, da Lei nº 1.411/51, à Secretaria de Economia Criativa – SEC do Ministério da Cultura, no tocante a execução das suas atribuições expressas no artigo 17 de Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012.~~

3.16 O economista, no desempenho das atividades de arbitragem e mediação, observará o seguinte:

I - arbitragem é um instituto extrajudicial de resolução de litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, mediante decisão em sentença proferida por um ou mais árbitros, de livre escolha e nomeação pelas partes, e será processada nos termos da Lei 9.307/1996 e suas alterações;

II - ao atuar na arbitragem, seja na condição de árbitro, de perito, representante de parte ou consultor, o economista estará sujeito à regulamentação profissional contida nesta consolidação e no que dispõe a Lei 9.307/1996 e suas alterações;

III - mediação é um instituto autocompositivo de solução de conflitos, no qual as partes envolvidas escolhem um terceiro, imparcial e neutro, o mediador, o qual, usando técnicas adequadas, irá motivá-las a analisarem e compreenderem o conflito e a buscarem, num ambiente cooperativo, uma solução que atenda aos reais interesses de cada parte;

IV - ao atuar em mediação, o economista estará sujeito à regulamentação profissional contida nesta consolidação e no que dispõe a Lei 13.140/2015 e suas alterações. [\(incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015\)](#).